



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

Código de Autenticação 03EE.406F.F89D.3416

Cetidão gerada em 1/11/2017 13:06:45

PROTOCOLO SIARCO 17/911610-0

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR INTERNET

EMPRESA SER EDUCACIONAL S.A.
NIRE 26.3.0001679-6
ATO 008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTR
EVENTO(S) 008 - ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA E EXTRAORDINARIA

ASSINADO POR

ARQUIVADO EM 1/11/2017 13:06:45

AUTENTICIDADE 03EE.406F.F89D.3416

Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=03EE406FF89D3416>

Recife, 01 de novembro de 2017


André Ayres Bezerra da Costa
Secretário Geral



Documento disponibilizado a 04.986.320/0001-13 - SER EDUCACIONAL S.A
Data - 07/11/2017 03:03:01
Código de Autenticação 03EE.406F.F89D.3416
Junta Comercial de Pernambuco
Autenticidade <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chanceladigital.asp?cd=03EE406FF89D3416>

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º

CHANCELA DIGITAL

NIRE 26.3.0001679-6
Nº PROTOCOLO 17/911610-0 PROTOCOLADO 31/10/2017 14:27:48
Nº ARQUIVAMENTO 20179116100 ARQUIVADO 1/11/2017 13:06:45
EMPRESA SER EDUCACIONAL S.A.



SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de agosto de 2017**

Página 1 de 7

Data, Hora e Local: Aos 15 dias do mês de agosto de 2017, às 14h00, na Av. da Saudade, 254, na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Mesa: Janyo Janguê Bezerra Diniz, Presidente; Rodrigo de Macedo Alves, Secretário.

Convocação: edital de convocação publicado no Jornal "Valor Econômico" nos exemplares de 15, 16, 17 e 18 de julho de 2017, Jornal Diário de Pernambuco 17, 18 e 19 de julho de 2017 e no "Diário Oficial do Estado de Pernambuco" em 15, 18 e 19 de julho de 2017.

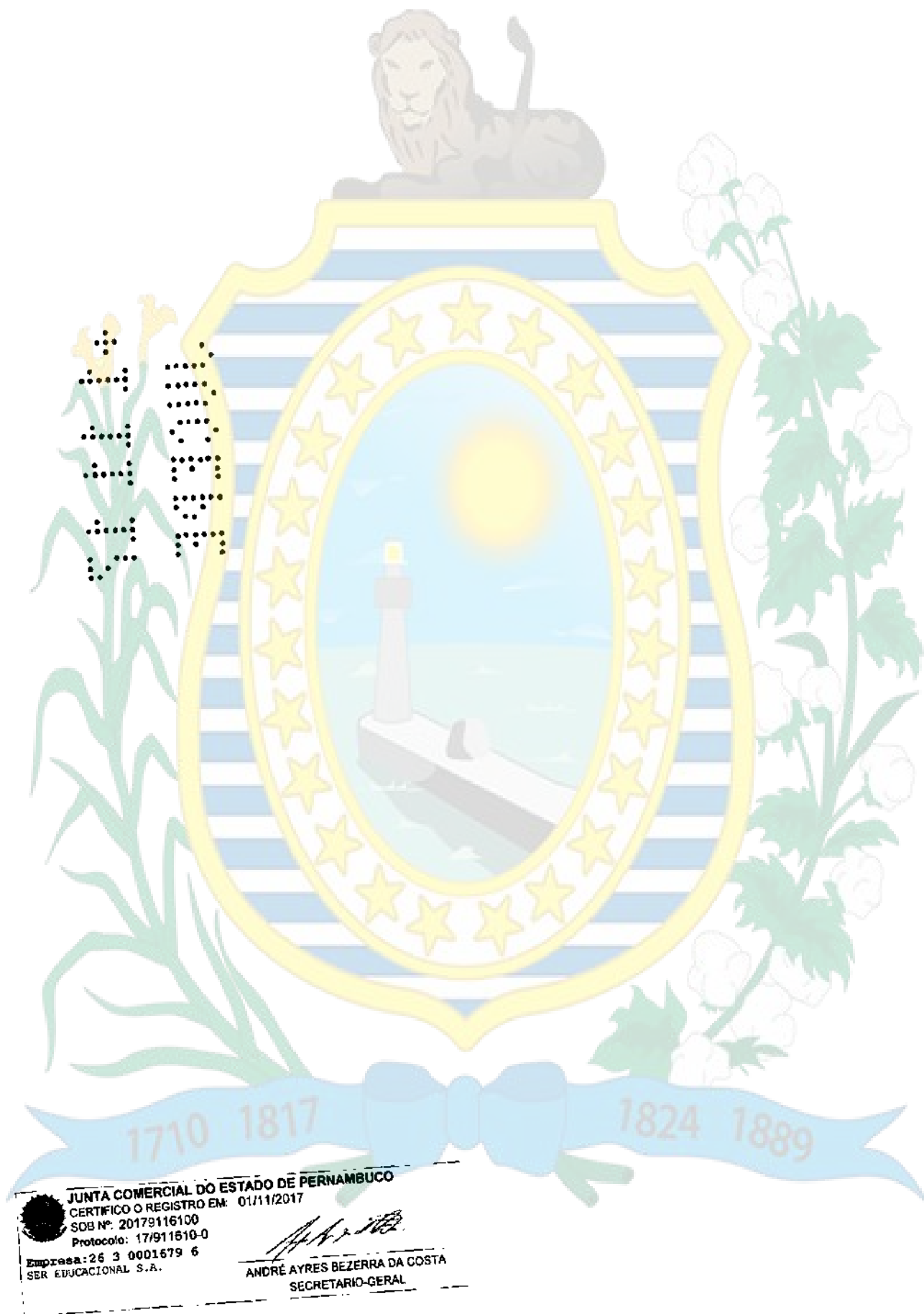
Presença: acionistas representando 80,26% (oitenta inteiros e vinte e seis centésimos por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presenças.

Leitura de Documentos: foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta Assembleia Geral, uma vez que os referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia.

Ata em Forma de Sumário: foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário e sua publicação com omissão das assinaturas, conforme autorizam os §§ 1º e 2º do artigo 130 da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.").

Ordem do Dia: (i) aprovação do aumento do capital social da Companhia, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização das reservas de lucro; (ii) alteração do jornal de divulgação utilizado pela Companhia de Diário de Pernambuco para Jornal do Commercio; (iii) alteração do Estatuto Social da Companhia, conforme a Proposta da Administração, de forma a: (a) alterar a redação do caput do artigo 5º para refletir o aumento de capital aprovado em (i) acima; (b) alterar a redação do parágrafo primeiro do artigo 5º para aumentar o capital autorizado; (c) alterar a alínea (d) do artigo 17 para modificar a nomenclatura do Diretor Acadêmico para Diretor de Ensino; (d) excluir a alínea (e) do artigo 17 para exclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente; (e) renumeração da alínea (f) do artigo 17 para refletir a exclusão aprovada no item (d) acima; e (f) alterar todas as referências à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão; (iv) consolidação do Estatuto Social; e (v) rerratificação da



SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de agosto de 2017**

Página 2 de 7

remuneração paga ao Conselho de Administração da Companhia no exercício social de 2016.

Deliberações Tomadas: Após as discussões relacionadas às matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas deliberaram:

(i) Aprovar, por unanimidade dos votos, o aumento do capital social da Companhia, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização das reservas de lucro; no montante de R\$ 222.951.441,76 (duzentos e vinte e dois milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos), portanto o novo capital passa a ser de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).

(ii) Aprovar, por unanimidade dos votos, a alteração do jornal de divulgação utilizado pela Companhia de Diário de Pernambuco para Jornal do Commercio. Desta forma, os jornais para realização das publicações legais serão: Diário Oficial do Estado de Pernambuco, Jornal do Commercio e Valor Econômico;

(iii) Aprovar, por maioria dos votos, as seguintes alterações ao Estatuto Social da Companhia, de forma a: (a) alterar a redação do caput do artigo 5º para refletir o aumento de capital aprovado no item (i) acima; (b) alterar a redação do parágrafo primeiro do artigo 5º para aumentar o montante de capital autorizado previsto; (c) alterar a alínea (d) do artigo 17 para modificar a nomenclatura do Diretor Acadêmico para Diretor de Ensino; (d) excluir a alínea (e) do artigo 17 para exclusão do cargo de Diretor Vice-Presidente; (e) renumeração da alínea (f) do artigo 17 para refletir a exclusão aprovada no item (d) acima; e (f) alterar todas as referências à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros para B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão para refletir a mudança da razão social desta.

(iv) Aprovar, por maioria dos votos, a consolidação do Estatuto Social.

(v) Aprovar, por unanimidade dos votos, a rerratificação da remuneração global anual do Conselho de Administração para o exercício 2016, de R\$2.770.000,00 (dois milhões, setecentos e setenta mil reais) para R\$2.934.898,81 (dois milhões, novecentos e trinta e



SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de agosto de 2017**

Página 3 de 7

quatro mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), com a consequente alteração do limite do montante global anual dos Administradores da Companhia para R\$ 9.678.898,81 (nove milhões, seiscentos e setenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos).

Tendo em vista as deliberações tomadas acima os artigos modificados do estatuto social passaram a ter as seguintes redações:

Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), representado por 125.213.244 (cento e vinte e cinco milhões, duzentas e treze mil, duzentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão, inclusive número de ações, preço, prazo da subscrição, da integralização e da colocação das ações a serem emitidas.

Artigo 17º. A Diretoria será composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, sendo que (i) um será Diretor Presidente; (ii) um será Diretor de Relações com Investidores; (iii) um será Diretor Financeiro; (iv) um será Diretor de Ensino; (v) os demais serão Diretores sem designação específica. Os cargos acima poderão ser cumulados por um mesmo diretor.

Parágrafo Único. Compete ao:

- (a) Diretor Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a



SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de agosto de 2017**

Página 4 de 7

autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no Artigo 16º deste Estatuto Social, conforme aplicável;

- (b) **Diretor de Relações com Investidores** (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei;
- (c) **Diretor Financeiro**: Dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos, liquidez, estrutura de capital e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamento; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas;
- (d) **Diretor de Ensino**: (i) definir o modelo acadêmico a ser seguido pela Companhia na prestação de seus serviços de ensino; (ii) revisar o material didático adotado pelas escolas e faculdades da Companhia; (iii) analisar a eficácia do modelo acadêmico adotado pela Companhia, coordenando as pesquisas de satisfação dos alunos e toda e qualquer avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, bem seus respectivos resultados; (iv) alterar toda e qualquer política relacionada ao treinamento dos professores das escolas e faculdades da Companhia, bem como alterar a sua periodicidade e ou abrangência; e (v) supervisionar a qualidade de ensino. As alterações ao modelo acadêmico da Companhia, bem como às políticas relacionadas ao treinamento e capacitação de professores deverão ser previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração; e
- (e) **Diretor sem designação específica**: auxiliar os demais diretores na administração da Companhia e realizar as tarefas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.




SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de agosto de 2017**

Página 5 de 7

Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Recife, 15 de agosto de 2017. (a) **Mesa:** Janyo Janguê Bezerra Diniz, Presidente; Rodrigo de Macedo Alves, Secretário. **Acionistas Presentes:** JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ (representado por Janyo Janguê Bezerra Diniz); JANYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ; RODRIGO DE MACEDO ALVES; UNISUPER (representado por Banco BNP Paribas Brasil S.A.); BEST INVESTMENT CORPORATION (representado por HSBC CTVM S.A. Organização Bradesco); FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); TEMPLETON GLOBAL INVESTMENT TRUST - TEMPLETON EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); JPMORGAN BRAZIL INVESTMENT TRUST PLC (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); AQR EMERGING SMALL CAP EQUITY FUND, LP. (representado por J.P. Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários); ACADIAN ALL COUNTRY WORLD EX US LNG-SHORT FUND (representado por Itaú Unibanco S.A.); AMUNFI FUNDS (representado por Itaú Unibanco S.A.); PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICOO (representado por Itaú Unibanco S.A.). **Acionistas Presentes por meio de voto a distância:** 1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND; ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC; ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC; ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO; ADVISORS INNER CIRCLE FUND-ACADIAN E.M.PORTE; AMG TIMESSQUARE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL WORLD ALPHA EXTENSION FUND I; ATHEM INSURANCE COMPANIES, INC. MASTER TRUST; AXA IM GLOBAL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LLC; BANCHORY LIMITED; CALIFORNIA

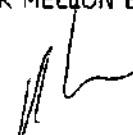



SER EDUCACIONAL S.A
 CNPJ 04.986.320/0001-13
 NIRE 26.3.0001679-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de agosto de 2017

Página 6 de 7

PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; CENTURYLINK, INC. DEFINED BENEFIT MASTER TRUST; CF DV ACWI EX-U.S. IMI FUND; CHARITABLE INTERNATIONAL EQUITY FUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; CLARIVEST EMERGING MARKETS SOCIALLY RESPONSIBLE FUND LLC; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; COMMONWEALTH OF PENNSYLV. PUB. SCHOOL EMP RET S; EMERGING MARK SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND; EMERGING MARKETS EQUITY FUND S OF M P F WORLD FUNDS, LLC; EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND; FIDELITY INVEST TRUST LATIN AMERICA FUND; LAY PARK LATIN AMERICAN FUND; FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADEX FUND; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST FUND; GLOBAL X BRAZIL CONSUMER ETF; GOLDMAN S S INVESTMENT TRUST (CAYMAN ISLANDS) - M-A E V FUND; IN BK FOR REC AND DEV, AS TR FT ST RET PLAN AND TR/RSBP AN TR; INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION; INTERNATIONAL MONETARY FUND; ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. AS TRUSTEE FOR SMTB GMAS E; KAISER PERMANENTE GROUP TRUST; LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC; LONDON LIFE INSURANCE COMPANY; MARKET VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF; MERCER QIF CCF; MORGAN STANLEY INSTITUTIONAL FUND INC EMERGING M S C P; NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUS; NEPTUNE INVESTMENT FUNDS - NEPTUNE LATIN AMERICA FUND; NORGES BANK; NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND; NORTHERN TRUST COMPANY SUB-ADVISED COLLECTIVE FUNDS TRUST; NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING; OPSEU PENSION PLAN TRUST FUND; OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; PUTNAM RETIREMENT ADVANTAGE GAA EQUITY PORTFOLIO; PUTNAM RETIREMENT ADVANTAGE GAA GROWTH PORTFOLIO; PUTNAM WORLD TRUST (IRELAND); RIVER AND MERCANTILE ICVC - RIVER AND MERCANTILE GLOBAL H A; RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY; SEASONS SERIES TRUST; SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; SSBAT CO INVESTMENT FDS FOR TAX ERP - MSCI EMS CAP ISL FD; SSGA SPDR ETFs EUROPE I PLC; ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND; STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS; STATE OF NEVADA; STATE ST B AND T C INV F F T E RETIR PLANS; TESCO PLC PENSION SCHEME; TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP




SER EDUCACIONAL S.A

CNPJ 04.986.320/0001-13

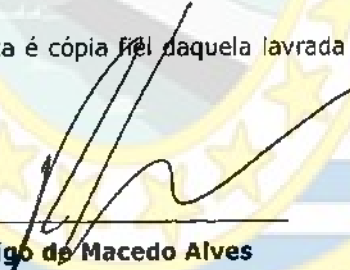
NIRE 26.3.0001679-6

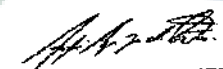
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
Realizada em 15 de agosto de 2017**

Página 7 de 7

BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA; THE HONEYWELL INTL INC MASTER RETIREMENT TRUST; THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE; THE STATE NEBRASKA JUDGES STATE P S R SYSTEMS; USAA EMERGING MARKETS FUND; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; VALIC COMPANY II - INTERNATIONAL OPPORTUNITIES FUND; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US SMALL-CAP INDEX FUND ASOVIEIF; VANGUARD TOTAL WSI FD, A SOV INTERNATIONAL EQUITY INDEX FDS; VERTRA EQT LLC; VERTRA INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; VERTRA PSE FI EM ACOES; VFM GLOBAL SMALL COMPANIES TRUST; VICTORY CAPITAL INTERNATIONAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; VICTORY EXPEDITION EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS (IRELAND) PLC; WISDOMTREE EMERGING MARKETS CONSUMER GROWTH FUND; WISDOMTREE GLOBAL HIGH DIVIDEND FUND; XEROX CORPORATION RETIREMENT & SAVINGS PLAN.

Certidão: Certifico que a presente ata é cópia fiel daquela lavrada em livro (3) próprio da Companhia, fls. 141 a 145.


Rodrigo de Macedo Alves
Secretário

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/11/2017	
SOB Nº: 20179116100	
Protocolo: 17/911610-0	
Empresa: 26 3 0001679 6	
SER EDUCACIONAL S.A.	
	
ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA	
SECRETARIO-GERAL	



ESTATUTO SOCIAL DA SER EDUCACIONAL S.A.**CNPJ 04.986.320/0001-13****NIRE 26.3.0001679-6****CAPÍTULO I****DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO**

Artigo Primeiro. A SER EDUCACIONAL S.A. ("Companhia") é uma sociedade, por ações, regida por este Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores. ("Lei das Sociedades por Ações").

Parágrafo Primeiro. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado").

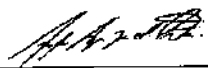
Parágrafo Segundo. Os termos grafados com iniciais maiúsculas utilizados neste Estatuto Social que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes for atribuído no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo Segundo. A Companhia tem por objeto social:

- (i) o desenvolvimento e a administração de atividades e instituições nas áreas de educação básica, educação superior, educação profissional, educação corporativa, cursos para concursos e outras áreas associadas à educação;
- (ii) a administração de bens e negócios próprios; e
- (iii) a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades, simples ou empresárias, no Brasil ou no exterior.

Parágrafo Primeiro. A Companhia poderá desenvolver suas atividades, direta ou indiretamente, por meio de investimentos no capital de sociedades investidas; de títulos ou outros direitos conversíveis em capital ou, ainda, por meio de fundos de investimentos em participações.

Parágrafo Segundo. As sociedades investidas podem ter a forma de sociedades empresárias limitadas ou sociedades por ações, de capital aberto ou fechado, e podem estar localizadas no Brasil ou no exterior.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO	
CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/11/2017	
SOB Nº: 20179116100	
Protocolo: 17/911610-0	
Empresa: 26 3 0001679 6	
SER EDUCACIONAL S.A.	
 ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA SECRETARIO-GERAL	



Parágrafo Terceiro. A Companhia poderá também praticar as demais atividades razoavelmente relacionadas à sua qualidade de empresa controladora, incluindo, sem limitação, negociar e obter financiamentos, contratar serviços de terceiros no interesse do grupo econômico da Companhia, e prestar garantias para sociedades do grupo econômico da Companhia, desde que tais atividades estejam relacionadas ao objeto social da Companhia.

Artigo Terceiro. A Companhia tem sua sede social e foro legal na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Av. da Saudade, nº 254, no Bairro de Santo Amaro, CEP: 50100-200, podendo abrir filiais, agências, escritórios e estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior, por meio de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo Quarto. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo Quinto. O capital social, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), representado por 125.213.244 (cento e vinte e cinco milhões duzentas e treze mil duzentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração que fixará as condições da emissão, inclusive número de ações, preço, prazo da subscrição, da integralização e da colocação das ações a serem emitidas.

Parágrafo Segundo. Até o limite do capital autorizado, poderão ser emitidas ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo de integralização e demais condições da emissão de ações.

Parágrafo Terceiro. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de



preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

Parágrafo Quarto. Nos aumentos de capital por subscrição particular, o prazo para o exercício do direito de preferência não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias. A critério do Conselho de Administração, fica autorizada a emissão, que poderá ser realizada sem direito de preferência para os acionistas ou com redução do prazo para o exercício do direito de preferência, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública ou permuta por ações em praça pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quinto. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, na forma da lei.

Parágrafo Sexto. As integralizações serão efetivadas à vista. O acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição ou da chamada, ficará constituído, de pleno direito, em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do primeiro dia do não cumprimento da obrigação, correção monetária com base no IGP-M mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.

Parágrafo Sétimo. O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias. As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada ação ordinária terá direito a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Oitavo. A Companhia contratará serviços de ações escriturais com instituição financeira autorizada pela CVM a manter esse serviço, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei das Sociedades por Ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo Sexto. É vedado à Companhia emitir ações preferenciais e partes beneficiárias.



CAPÍTULO III ASSEMBLEIA GERAL

Artigo Sétimo. A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, anualmente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, ou seja, até o dia 30 de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de:

- (a) tomar as contas dos Administradores, relativas ao último exercício social;
- (b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, se instalado;
- (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos;
- (d) eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se for o caso;
- (e) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração titulares, sendo facultativa a eleição de suplentes; e
- (f) fixar os honorários globais anuais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, caso aplicável.

Artigo Oitavo. A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, ou por acionistas, na forma da lei.

Artigo Nono. A Assembleia Geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Único. Compete à Assembleia Geral, além de outras atribuições previstas em lei neste Estatuto Social:

- (a) deliberar sobre o registro de companhia aberta da Companhia, bem como apreciar proposta do Conselho de Administração relativa à admissão, registro e listagem de ações da Companhia em quaisquer bolsas de valores ou em mercados de balcão;
- (b) aprovar plano de opção de compra de ações da Companhia ou modificação

[Handwritten signature]



de eventuais planos de opção de compra de ações da Companhia porventura existentes;

- (c) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (d) deliberar sobre a saída do Novo Mercado da B3; e
- (e) deliberar sobre a escolha de empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia para fins das ofertas públicas previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social, dentre uma lista tripla de empresas apontadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 10º. As Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, na sua ausência, pelo Vice-Presidente e, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral a escolha do secretário.

Artigo 11º. Somente poderão tomar parte e votar na Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome no livro próprio com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data designada para a realização da referida Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador, constituído na forma do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, sendo solicitado o depósito prévio do instrumento de procuração e documentos necessários na sede social até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo. O acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos exigidos poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

CAPÍTULO IV ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Seção I - Disposições Comuns aos Órgãos da Administração

Artigo 12º. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.



Parágrafo Único. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 13º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva eleição, de termo de posse no livro próprio e condicionada à assinatura do Termo de Anuência dos Administradores e que atue no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis, e permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos Administradores eleitos.

Parágrafo Primeiro. Os Administradores da Companhia deverão aderir à Política de Divulgação de Informações Relevantes e Política de Negociação com Valores Mobiliários de Emissão da Companhia, mediante assinatura do termo respectivo.

Parágrafo Segundo. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14º. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 7 (sete) membros, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição, e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, e expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elege, sendo também considerado(s) como independente(s) o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante faculdade prevista pelos parágrafos 4º e 5º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo. Quando, em decorrência da observância do percentual referido no parágrafo acima, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para número inteiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro. O Conselho de Administração terá um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos por seus membros na primeira reunião que ocorrer após a eleição dos conselheiros.




Parágrafo Quarto. O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à Companhia.

Artigo 15º. No caso de vacância no cargo de Conselheiro, a(s) vaga(s) poderão ser preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, com a nomeação, para o(s) cargo(s) dos suplentes eventualmente eleitos, mediante escolha da maioria dos Conselheiros, e seu(s) respectivo(s) mandato(s) será(ão) até a primeira Assembleia Geral que deliberar sobre o preenchimento da vaga.

Parágrafo Primeiro. Caso a vacância de membro(s) do Conselho de Administração ocorra de modo a ficar o número de Conselheiros reduzido para aquém do número fixado neste Estatuto Social, deverá ser convocada Assembleia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleição e preenchimento dos cargos vagos. O mandato dos Conselheiros eleitos nestas condições terminará juntamente com o dos demais Conselheiros.

Parágrafo Segundo. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Presidente ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho de Administração e, não havendo indicação, por escolha da maioria dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Terceiro. No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu novo titular, exercendo o substituto o mandato pelo prazo restante.

Parágrafo Quarto. Os Conselheiros poderão enviar, antecipadamente, seu voto, que valerá para fins de verificação de quorums de instalação e de deliberação, desde que encaminhado, por escrito, à Companhia, até o início da reunião, em atenção ao Presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração.

Artigo 16º. Compete ao Conselho de Administração:

(a) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando sua remuneração mensal individual, respeitado o montante global estabelecido pela Assembleia Geral;




(b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia aprovando previamente políticas empresariais, projetos, orçamentos anuais e plano quinquenal de negócios, bem como suas revisões anuais;

(c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, papéis da Companhia, solicitando, por meio do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

(d) aprovar planos de participação de lucros, bem como o estabelecimento de critérios para remuneração e políticas de benefícios da Diretoria e dos empregados da Companhia;

(e) convocar a Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou nos casos em que a convocação é determinada pela lei ou por este Estatuto Social;

(f) manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, propor a política de dividendos e a destinação do lucro líquido de cada exercício à Assembleia Geral;

(g) decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

(h) dentro do limite do capital autorizado, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação de ações.

(i) deliberar sobre as condições e oportunidade de emissão de debêntures simples e, sempre que respeitados os limites do capital autorizado, conversíveis em ações, podendo as debêntures, de qualquer das classes, ser de qualquer espécie;

(j) deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações que ultrapassem o limite do capital autorizado, sobre a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou




colocação, bem como a espécie das debêntures;

(k) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

(l) deliberar sobre as condições de emissão de notas promissórias destinadas à distribuição pública, nos termos da legislação em vigor;

(m) deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores externos da Companhia;

(n) deliberar sobre a contratação de empréstimo ou assunção de dívida que resulte no endividamento da Companhia além dos limites previstos no orçamento anual ou no plano quinquenal;

(o) definir lista triplíce de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, nos casos de ofertas públicas para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado previstas nos Capítulos IX e X deste Estatuto Social;

(p) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como autorizar aquisição ou alienação de bens do ativo permanente de valor superior ao valor de alçada da Diretoria, salvo se a transação estiver contemplada no orçamento anual da Companhia;

(q) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias, bem como autorizar a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;

(r) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para celebração, alteração ou rescisão de quaisquer contratos, acordos ou convênios entre a Companhia e seus (a) acionistas, administradores, empregados e seus cônjuges e parentes até o terceiro grau, e (b) em qualquer caso, quaisquer pessoas jurídicas em cujo capital social uma das pessoas acima referidas participe com mais de 10% (dez por cento), sendo certo que a não aprovação da celebração, alteração ou rescisão de contratos, acordos ou convênios abrangidos por esta alínea implicará a nulidade do respectivo contrato, acordo ou convênio.




- (s) aprovar, independente do valor envolvido, qualquer capitalização a ser realizada pela Companhia em suas controladas;
- (t) implementação, alteração ou extinção de política de divulgação de informações relevantes e de negociação de valores mobiliários;
- (u) pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;
- (v) deliberar sobre a constituição e extinção de controladas, a aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e a entrada da Companhia em qualquer consórcio ou associação;
- (w) deliberar sobre qualquer alteração na política de recursos humanos da Companhia que possa impactar substancialmente nos custos;
- (x) avocar, a qualquer tempo, o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração deste artigo, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;
- (y) estabelecer o valor de alçada da Diretoria para contratar endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia, bem como autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro negócio jurídico que afete a estrutura de capital da Companhia de valor superior ao valor de alçada da Diretoria;
- (z) aprovar a concessão de garantias, reais ou fidejussórias, e avais para obrigações de quaisquer terceiros que não as subsidiárias ou sociedades investidas da Companhia ou para garantir o pagamento de obrigações da Companhia, sempre que o valor da garantia seja igual ou superior a 130% (cento e trinta por cento) do valor da obrigação garantida;
- (aa) declarar dividendos à conta de lucro apurado em balanços semestrais ou em períodos menores, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, nos termos da legislação em vigor, bem como declarar juros sobre capital próprio;
- (bb) aprovar o regimento interno do Conselho de Administração, dos Comitês e das Comissões que sejam criados;



(cc) aprovar e submeter à Assembleia Geral proposta de plano para a outorga de opção de compra de ações aos Administradores e empregados da Companhia e de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia;

(dd) aprovar previamente alteração em contrato de concessão ou permissão ou autorização firmado pela Companhia, por sociedades controladas, direta ou indiretamente, ou coligadas;

(ee) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e

(ff) resolver os casos omissos neste Estatuto Social, observado o disposto na legislação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confirmam a outro órgão da Companhia.

Parágrafo Primeiro. As reuniões ordinárias do Conselho de Administração ocorrerão a cada 3 (três) meses, podendo, entretanto, ser realizadas com maior frequência, caso o Presidente do Conselho de Administração assim solicite, por iniciativa própria ou mediante provocação de qualquer membro, deliberando validamente pelo voto da maioria dos conselheiros presentes (dentre eles, obrigatoriamente, o Presidente ou o Vice-Presidente). Os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica ou videoconferência. As atas das reuniões serão lavradas em livro próprio.

Parágrafo Segundo. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com dez dias úteis de antecedência por comunicação enviada pelo Presidente do Conselho de Administração, com a indicação das matérias a serem tratadas e acompanhadas dos documentos de apoio porventura necessários.




Parágrafo Terceiro. Em caso de manifesta urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas em prazo inferior ao mencionado no parágrafo 2º acima.

Parágrafo Quarto. No caso de empate na votação, o Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, o Vice-Presidente, terá, além do voto comum, o de qualidade.

Parágrafo Quinto. A presença de todos os membros permitirá a realização de reuniões do Conselho de Administração independentemente de convocação.

Parágrafo Sexto. Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessária a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente o Conselheiro representado por procurador validamente nomeado ou que participe por meio de conferência telefônica ou videoconferência, bem como aquele que enviar, antecipadamente, seu voto, conforme previsto no parágrafo 4º do Artigo 15º deste Estatuto Social. Caso não haja quórum de instalação em primeira convocação, o Presidente deverá convocar nova reunião do Conselho de Administração, a qual poderá instalar-se, em segunda convocação, a ser feita com pelo menos sete dias de antecedência, com qualquer número. A matéria que não estiver na ordem do dia da reunião original do Conselho de Administração não poderá ser apreciada em segunda convocação, salvo se presentes todos os conselheiros e os mesmos concordarem expressamente com a nova ordem do dia.

Parágrafo Sétimo. Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos os votos por meio de delegação feita em favor de outro conselheiro, o voto por escrito antecipado e o voto por *fac-símile*, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem.

Seção III – Diretoria Executiva

Artigo 17º. A Diretoria será composta por, no mínimo 4 (quatro) e, no máximo, 9 (nove) membros, sendo que (i) um será Diretor Presidente; (ii) um será Diretor de Relações com Investidores; (iii) um será Diretor Financeiro, (iv) um será Diretor de Ensino; e (v) os demais serão Diretores sem designação específica. Os cargos acima poderão ser cumulados por um mesmo diretor.

Parágrafo Único. Compete ao:

- (a) Diretor Presidente: (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos



outros Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; e (iv) solicitar a autorização do Conselho de Administração para a realização dos atos ou operações mencionados no Artigo 16º deste Estatuto Social, conforme aplicável;

(b) Diretor de Relações com Investidores: (i) prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores e às entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação no último exercício social, que solicitem informações periódicas ou eventuais; e (ii) manter atualizado o registro da Companhia perante as bolsas de valores e entidades reguladoras dos mercados de balcão em que os títulos da Companhia forem originalmente admitidos para negociação, conforme disposto em lei;

(c) Diretor Financeiro: dirigir e liderar a administração e gestão das atividades financeiras da Companhia e de suas controladas, incluindo a análise de investimentos, liquidez, estrutura de capital e a definição dos limites de exposição a risco; a propositura e a contratação de empréstimos e financiamentos; as operações de tesouraria; o planejamento e os controles financeiro e tributário; a gestão das atividades inerentes à contabilidade da Companhia e de suas controladas;

(d) Diretor de Ensino: (i) definir o modelo acadêmico a ser seguido pela Companhia na prestação de seus serviços de ensino; (ii) revisar o material didático adotado pelas escolas e faculdades da Companhia; (iii) analisar a eficácia do modelo acadêmico adotado pela Companhia, coordenando as pesquisas de satisfação dos alunos e toda e qualquer avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, bem seus respectivos resultados; (iv) alterar toda e qualquer política relacionada ao treinamento dos professores das escolas e faculdades da Companhia, bem como alterar a sua periodicidade e/ou abrangência; e (v) supervisionar a qualidade de ensino. As alterações ao modelo acadêmico da Companhia, bem como às políticas relacionadas ao treinamento e capacitação de professores deverão ser previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho de Administração;

(e) Diretores sem designação específica: auxiliar os demais diretores na administração da Companhia e realizar as tarefas que lhe sejam atribuídas pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração.



Artigo 18º. O mandato dos membros da Diretoria será de 2 (dois) anos, admitida reeleição.

Artigo 19º. Na hipótese de vagar um dos cargos de Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo provisoriamente ou indicar, dentre os demais Diretores, a quem competirá acumular as funções correspondentes ao cargo vago, até que se proceda à eleição do substituto pelo Conselho de Administração. Em caso de vaga no cargo de Diretor Presidente, competirá ao Presidente do Conselho de Administração ou, no impedimento deste, a um Diretor indicado pelo Conselho de Administração, exercer temporariamente as suas funções até a eleição do substituto.

Parágrafo Primeiro. O Diretor Presidente, nos seus impedimentos temporários, será substituído por um dos Diretores a ser por ele designado.

Parágrafo Segundo. Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, caberá ao Diretor Presidente substituí-lo ou designar outro Diretor para fazê-lo.

Artigo 20º. A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente. Para que as reuniões da Diretoria possam validamente deliberar é necessária a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Único. As decisões da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 21º. Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados (i) por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente; (ii) por quaisquer 2 (dois) Diretores, desde que previamente autorizados pelo Conselho de Administração; (iii) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador ou (iv) por 2 (dois) procuradores, desde que investidos de poderes especiais para a prática do ato em questão.

Parágrafo Primeiro. As procurações outorgadas em nome da Companhia deverão (i) ser assinadas sempre por 2 (dois) Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, (ii) especificar expressamente os poderes conferidos, e (iii) conter prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sem poderes para substabelecimento, com exceção: (a) das procurações *ad judícia*, que poderão ser substabelecidas e outorgadas por prazo indeterminado, e



(b) das procurações outorgadas a instituições financeiras, que poderão ser estabelecidas pelo prazo do(s) contrato(s) de financiamento.

Parágrafo Segundo. Ressalvado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia poderá ser representada por 1 (um) único Diretor ou procurador, (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS e seus bancos arrecadadores, (ii) junto a concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, em atos que não importem em assunção de obrigações ou na desoneração de obrigações de terceiros, (iii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer outra natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, (iv) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas bancárias da Companhia, e (v) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em Juízo.

Parágrafo Terceiro. É vedado aos Diretores e procuradores praticar atos estranhos ao objeto social, bem como prestar garantias ou assumir obrigações em benefício ou em favor de terceiros sem o prévio e expresso consentimento do Conselho de Administração, sendo ineficazes em relação à Companhia os atos praticados em violação ao estabelecido neste dispositivo.

Artigo 22º. Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto Social, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23º. O Diretor Presidente poderá afastar qualquer membro da Diretoria, devendo informar a sua decisão e os motivos que a fundamentam e a formalização da demissão ocorrerá na próxima reunião do Conselho de Administração. As funções do Diretor afastado serão, até a nomeação do substituto, desempenhadas pelo Diretor designado pelo Diretor Presidente.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Artigo 24º. Quando instalado, o Conselho Fiscal, obedecidas as disposições legais, compor-se-á de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua eleição, podendo ser reeleitos.



Parágrafo Primeiro. Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo. A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal nos termos do disposto no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo Terceiro. Os honorários dos membros do Conselho Fiscal serão fixados pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto. As atribuições do Conselho Fiscal serão as fixadas em lei e somente será instalado nos exercícios sociais mediante solicitação dos acionistas, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO VI EXERCÍCIO SOCIAL

Artigo 25º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, observado que serão também elaboradas demonstrações financeiras a cada trimestre, excetuado o último de cada ano. Todas as demonstrações financeiras deverão incluir a demonstração dos fluxos de caixa da Companhia, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. As demonstrações financeiras do exercício social serão, após manifestação dos Conselhos de Administração e Fiscal, este último se instalado, submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

Parágrafo Primeiro. A Companhia e os seus administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Parágrafo Segundo. O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social subscrito, sendo facultada a constituição da reserva legal no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital (artigo 182, § 1º, da Lei das




Sociedades por Ações) exceder 30% (trinta por cento) do capital social; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos da Companhia e suas subsidiárias, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do Artigo 26º abaixo, ultrapassar a parcela realizada de lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; (e) uma parcela não superior à diferença entre (i) 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações (incluindo, portando, eventual destinação de parcela do lucro líquido para constituição de reserva para contingências) e (ii) a reserva indicada no item (c) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para expansão ou investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva não poderá ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% (oitenta por cento) do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% (cem por cento) do capital social da Companhia; e (f) o saldo remanescente será distribuído aos acionistas como dividendos, na forma prevista no Artigo 26º abaixo.

Artigo 26º. A Companhia distribuirá como dividendo, em cada exercício social, no mínimo 25% (vinte e cinco) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 27º. Por deliberação do Conselho de Administração, o dividendo obrigatório poderá ser pago antecipadamente, no curso do exercício e até a Assembleia Geral Ordinária que determinar o respectivo montante. O valor do dividendo antecipado será compensado com o do dividendo obrigatório do exercício. A Assembleia Geral Ordinária determinará o pagamento do saldo do dividendo obrigatório que houver.

Artigo 28º. A Companhia levantará balanço semestral em 30 de junho de cada ano e poderá, por determinação do Conselho de Administração, levantar balanços em períodos menores.




Parágrafo Primeiro. O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros apurados no balanço semestral e, observados as disposições legais, à conta de lucros apurados em balanço relativo a período menor que o semestre, ou à conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Segundo. O Conselho de Administração poderá declarar juros sobre o capital próprio, nos termos do parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 5.249, 26 de dezembro de 1995, e imputá-los ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Artigo 29º. Os dividendos, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da deliberação de sua distribuição e, em qualquer caso, dentro do exercício social.

Artigo 30º. Nos exercícios em que for pago o dividendo mínimo obrigatório, depois de deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria participação nos lucros, respeitados os limites do parágrafo 1º do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Conselho de Administração definir a respectiva distribuição.

Artigo 31º. Os dividendos declarados não renderão juros nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO

Artigo 32º. A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas.

CAPÍTULO VIII ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 33º. A Alienação de Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o Adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente




e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Parágrafo Único. A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada: (i) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 34º. Aquele que adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado-a: (i) efetivar a oferta pública referida no Artigo 33º deste Estatuto Social; e (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos; (iii) tomar medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subsequentes à aquisição do Controle.

Parágrafo Único O Acionista Controlador, quando de eventual Alienação do Controle da Companhia, não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o Adquirente não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores a que alude o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 celebrado pela Companhia, pelo qual se comprometerão a cumprir as regras ali constantes.

Artigo 35º. A Companhia não registrará qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 36º. Nenhum acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento do Novo Mercado.



CAPÍTULO IX CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 37º. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado no laudo de avaliação, elaborado nos termos dos parágrafos 1º a 2º deste artigo, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

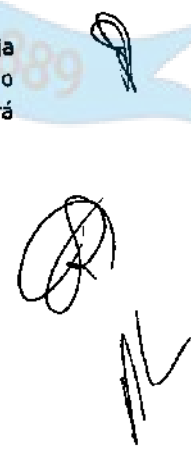
Parágrafo Primeiro. O laudo de avaliação referido no caput deste artigo deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus Administradores e do Acionista Controlador, além de satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Parágrafo Segundo. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo Terceiro. Obedecidos aos demais termos do Regulamento do Novo Mercado da B3, deste Estatuto Social e da legislação vigente, a oferta pública para cancelamento de registro poderá prever também a permuta por valores mobiliários de outras companhias abertas, a ser aceita a critério do ofertado.

Parágrafo Quarto. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelo ofertante.

Artigo 38º. Caso o laudo de avaliação a que se refere o Artigo 37º não esteja pronto quando houver a divulgação ao mercado da decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o Acionista Controlador, deverá divulgar o valor máximo por ação pelo qual formulará a oferta pública.




Parágrafo Primeiro. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação a que se refere o Artigo 37º não seja superior ao valor divulgado pelo Acionista Controlador, na Assembleia referida no caput deste artigo.

Parágrafo Segundo. Caso o valor das ações determinado no laudo de avaliação seja superior ao valor informado pelo Acionista Controlador, a deliberação referida no caput deste artigo ficará automaticamente cancelada, devendo ser dada ampla divulgação desse fato ao mercado, exceto se o Acionista Controlador concordar expressamente em efetivar a oferta pública pelo valor apurado no laudo de avaliação.

CAPÍTULO X SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 39º. Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo Valor Econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos dos parágrafos 1º e 2º do Artigo 37º, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 40º. Na hipótese de não haver Acionista Controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Parágrafo Primeiro. A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.




Parágrafo Segundo. Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Artigo 41º. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo Valor Econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o Artigo 37º deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Primeiro. O Acionista Controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* desse artigo.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver Acionista Controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os Administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

CAPITULO XI JUÍZO ARBITRAL

Artigo 42º. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver obrigatoriamente por meio de arbitragem perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles,



relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Participação no Novo Mercado no Regulamento Novo Mercado, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, no Regulamento de Sanções, neste Estatuto Social, nas disposições da Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nos regulamentos da B3 e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

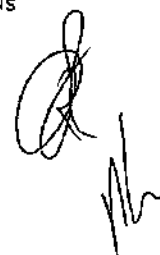
Artigo 43º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, eventual requerimento de medidas de urgência pelas partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para esse fim, as partes elegem o foro de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e estão cientes de que o curso de qualquer ação judicial em conformidade com esta cláusula não resultará em qualquer renúncia à arbitragem ou à jurisdição do Tribunal Arbitral.

Artigo 44º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória, e o Tribunal Arbitral não poderá recorrer à equidade para solucionar o litígio que lhe for submetido. O Tribunal Arbitral será formado por 3 (três) árbitros escolhidos na forma estabelecida no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado. O idioma oficial do procedimento arbitral será a Língua Portuguesa. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem. Com exceção dos honorários advocatícios, que serão arcados por cada parte, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral.

CAPÍTULO XII DISPOSIÇÕES FINAIS

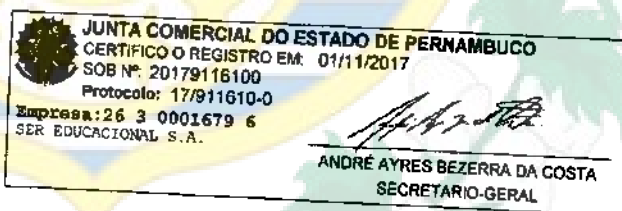
Artigo 45º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Artigo 46º. A Companhia observará os acordos de acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do Poder de Controle, nas Assembleias Gerais




e nas reuniões do Conselho de Administração, cumprindo-lhe e fazer com que (i) a instituição financeira depositária os anote no extrato da conta de depósito fornecido ao acionista; e (ii) o Presidente da reunião do Conselho de Administração ou a mesa diretora da Assembleia Geral, conforme o caso, recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.

* - * - *



- 24 -

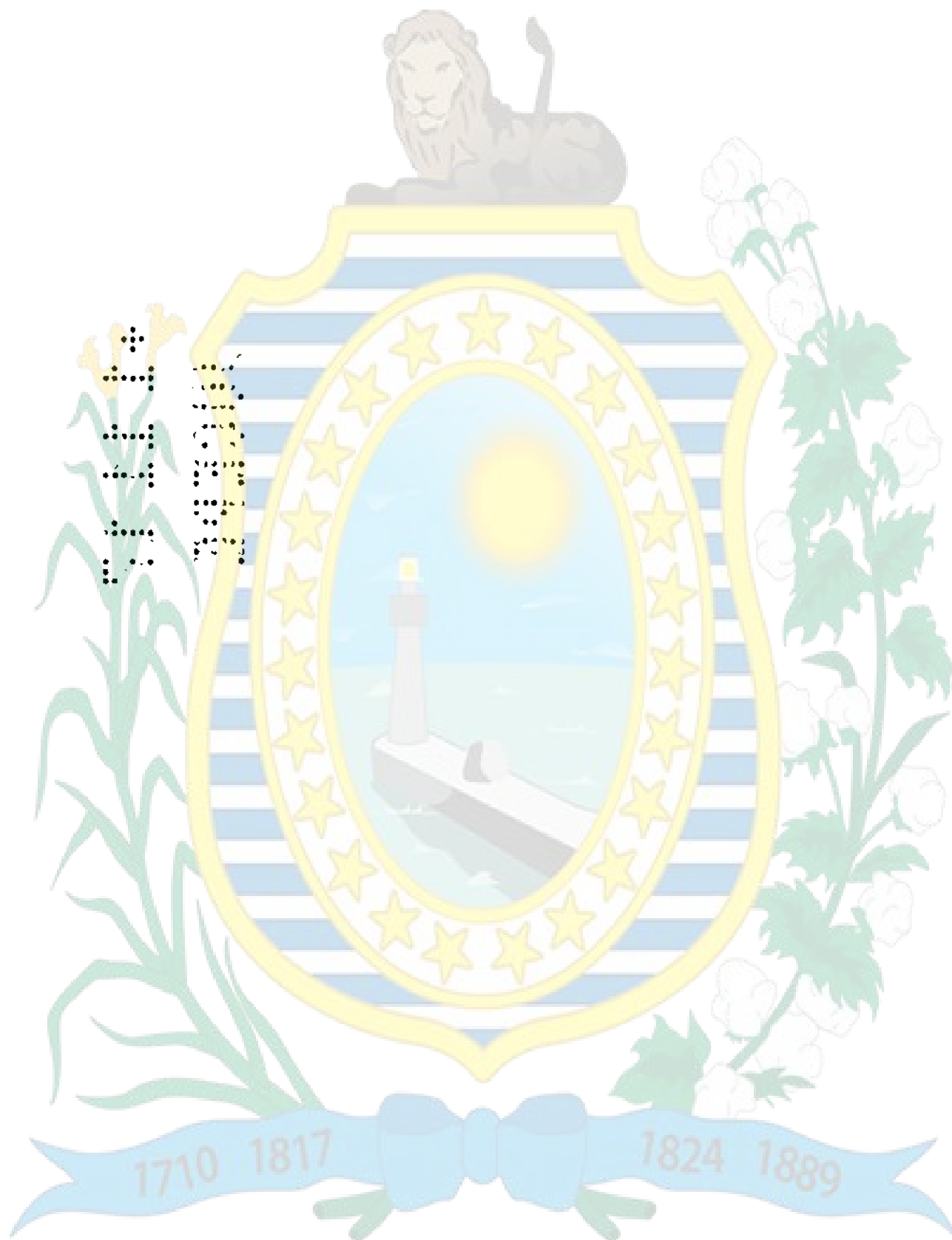




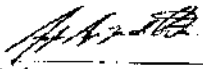
Página 1 de 4

Acionistas:	Assinaturas:
JOSÉ JANGUIÊ BEZERRA DINIZ	 P.p. Janyo Janguê Bezerra Diniz
JANYO JANGUIÊ BEZERRA DINIZ	 Janyo Janguê Bezerra Diniz
RODRIGO DE MACEDO ALVES	 Rodrigo de Macedo Alves
UNISUPER	 P.p. Banco BNP Paribas Brasil S.A. P.p. Ricardo J. M. Gimenez

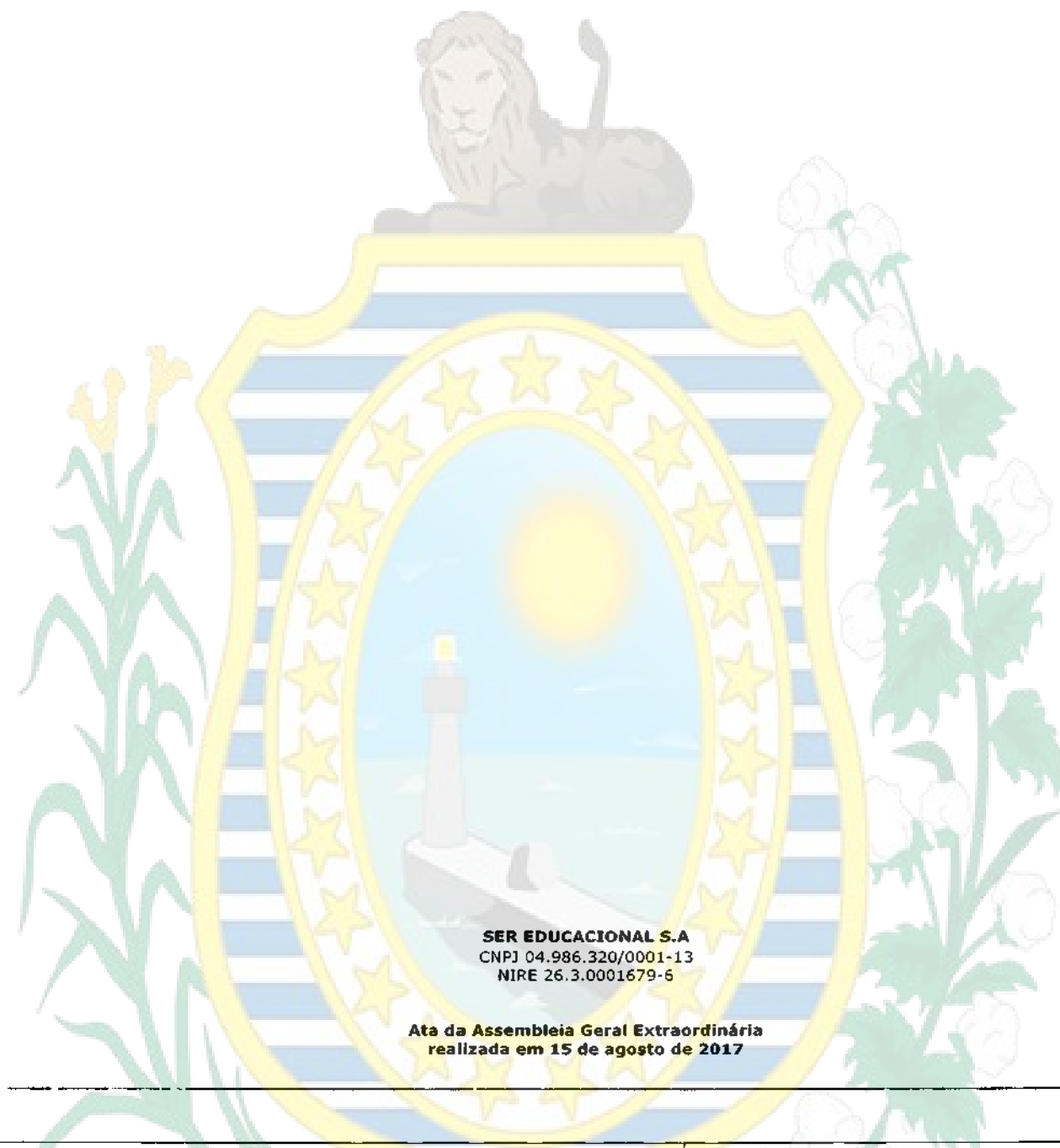




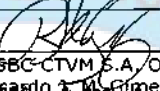
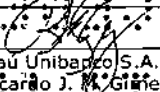
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/11/2017
 SOB Nº. 20179116100
 Protocolo: 17/911610-0
 Empresa: 26 3 0001679 6
 SER EDUCACIONAL S.A.


ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
 SECRETÁRIO-GERAL

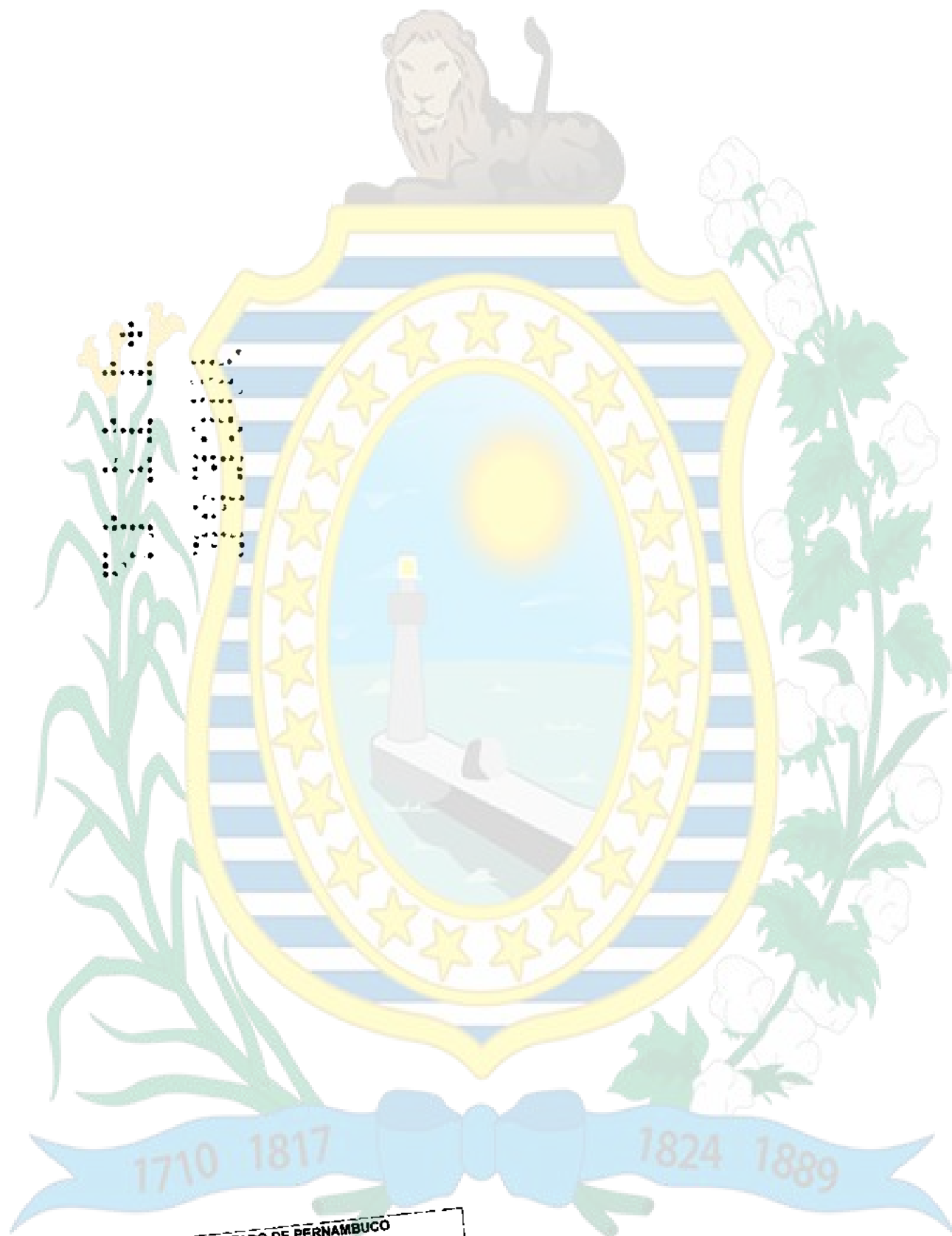




Página 2 de 4

FRANKLIN TEMPLETON INVESTMENT FUNDS THE BOEING COMPANY EMPLOYEE RETIREMENT PLANS MASTER TRUST PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO TEMPLETON GLOBAL INVESTMENT TRUST - TEMPLETON EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD STAR FUNDS JPMORGAN BRAZIL INVESTMENT TRUST PLC AQR EMERGING SMALL CAP EQUITY FUND, L.P.	 P.p. JP Morgan S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários P.p. Ricardo J. M. Gimenez
BEST INVESTMENT CORPORATION	 P.p. HSBCTVM S.A. ORGANIZAÇÃO BRADESCO P.p. Ricardo J. M. Gimenez
ACADIAN ALL COUNTRY WORLD EX US LNG-SHORT FUND AMUNFI FUNDS PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION OF NEW MEXICO	 P.p. Itaú Unibanco S.A. P.p. Ricardo J. M. Gimenez

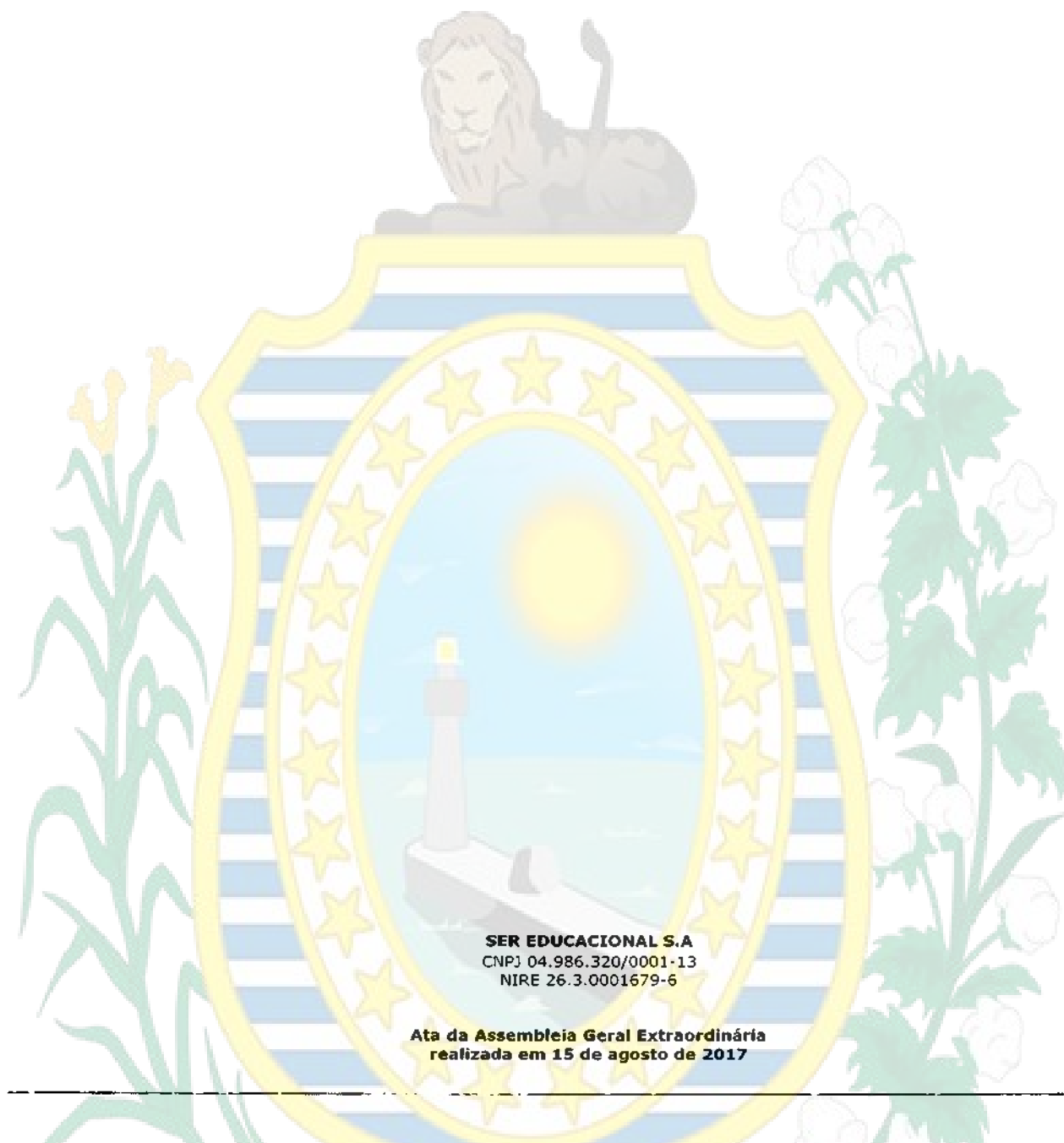




JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 CERTIFICO O REGISTRO EM: 01/11/2017
 SOB Nº: 20179116100
 Protocolo: 17/911610-0
 Empresa: 26 3 0001679 6
 SER EDUCACIONAL S.A.

André Ayres Bezerra da Costa
 ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
 SECRETARIO-GERAL





SER EDUCACIONAL S.A
CNPJ 04.986.320/0001-13
NIRE 26.3.0001679-6

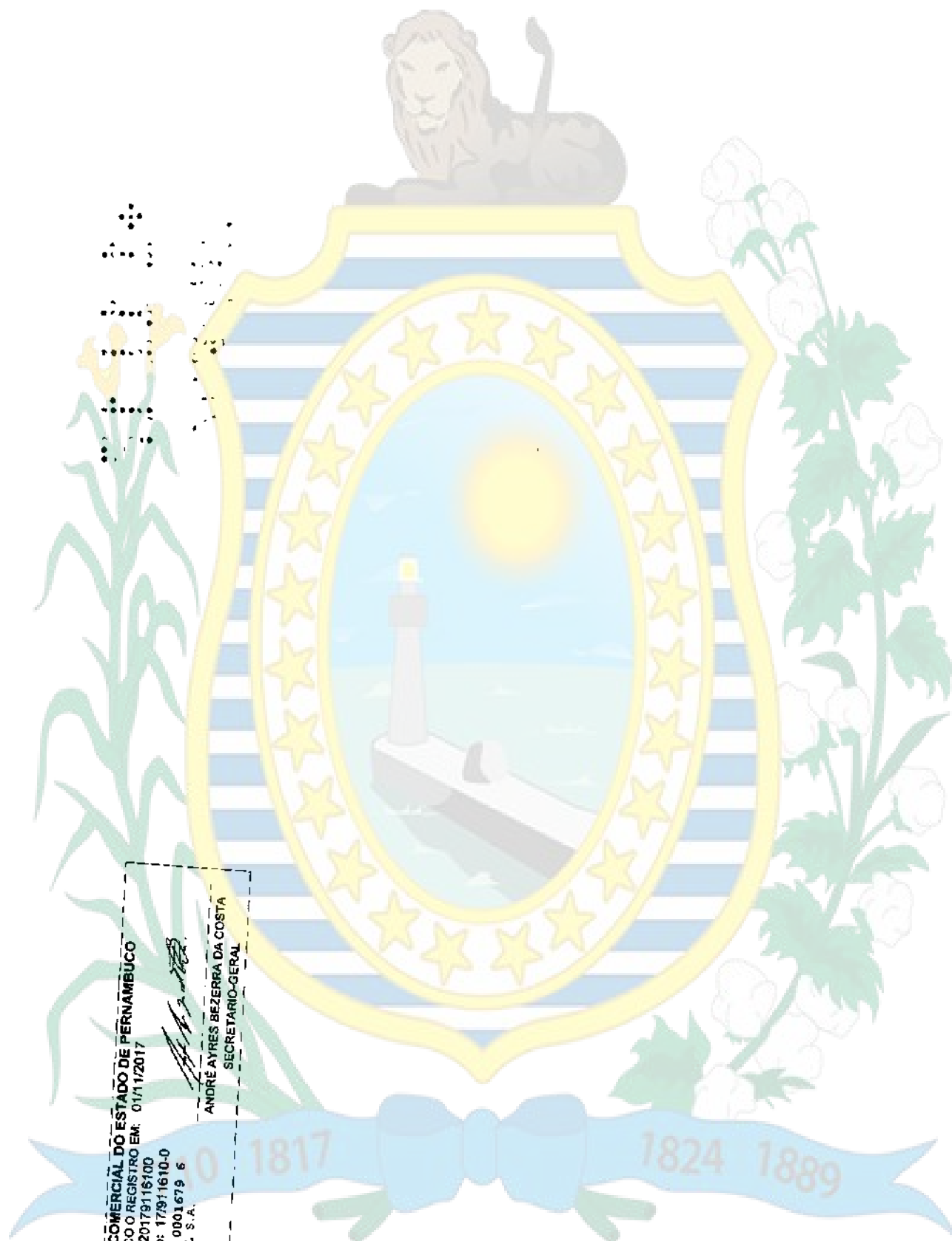
**Ata da Assembleia Geral Extraordinária
realizada em 15 de agosto de 2017**

Página 3 de 4

Acionistas Presentes por meio de voto a distância:

1199 HEALTH CARE EMPLOYEES PENSION FUND; ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY FUND; ACADIAN EMERGING MARKETS EQUITY II FUND, LLC; ACADIAN EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY FUND LLC; ADVANCED SERIES TRUST - AST GOLDMAN SACHS MULTI-ASSET PORTFO; ADVISORS INNER CIRCLE FUND-ACADIAN E.M.PORTF; AMG TIMESSQUARE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL WORLD ALPHA EXTENSION FUND I; ATHEM INSURANCE COMPANIES, INC. MASTER TRUST; AXA IM GLOBAL EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND, LLC; BANCHORY LIMITED; CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; CENTURYLINK, INC. DEFINED BENEFIT MASTER TRUST; CF DV ACWI EX-U.S. IMI FUND; CHARITABLE INTERNATIONAL EQUITY FUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; CLARIVEST EMERGING MARKETS SOCIALLY RESPONSIBLE FUND LLC; COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND; COMMONWEALTH OF PENNSYLV.PUB.SCHOOL EM P RET S; EMERGING MARK SMALL CAPITALIZAT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FD B; EMERGING MARKETS EQUITY FUND S OF M P F WORLD FUNDS, LLC; EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND; EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND; FIDELITY INVEST TRUST LATIN AMERICA FUND; LAY PARK LATIN AMERICAN FUND; FIRST TRUST EMERGING MARKETS SMALL CAP ALPHADDEX FUND; FLORIDA RETIREMENT SYSTEM TRUST; FUND; GLOBAL X BRAZIL CONSUMER ETF; GOLDMAN S S INVESTMENT TRUST (CAYMAN ISLANDS) - M-A E V FUND; IN BK FOR REC AND DEV, AS TR FT ST RET PLAN AND TR/RSBP AN TR; INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION; INTERNATIONAL MONETARY FUND; ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY; ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF; ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; JAPAN TRUSTEE SERVICES BANK, LTD. AS TRUSTEE FOR SMTB GMAS E; KAISER PERMANENTE GROUP TRUST; LAZARD ASSET MANAGEMENT, LLC; LONDON LIFE INSURANCE COMPANY; MARKET VECTORS BRAZIL SMALL-CAP ETF; MERCER QIF CCF; MORGAN STANLEY INSTITUTIONAL FUND INC EMERGING M S C P; NATIONAL RAILROAD RETIREMENT INVESTMENT TRUS; NEPTUNE INVESTMENT FUNDS - NEPTUNE LATIN AMERICA FUND; NORGES BANK;





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 01/11/2017
 SOB Nº. 20179116100
 Protocolo: 17911610-0
 Empresa: 26 3 0001679 6
 SER EDUCACIONAL S.A.

André Ayres Bezerra da Costa
 ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
 SECRETARIO-GERAL





Página 4 de 4

NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LEND; NORTHERN TRUST COMPANY SUB-ADVISED COLLECTIVE FUNDS TRUST; NTGI-QM COMMON DAC WORLD EX-US INVESTABLE MIF - LENDING; OPSEU PENSION PLAN TRUST FUND; OREGON PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM; PUTNAM RETIREMENT ADVANTAGE GAA EQUITY PORTFOLIO; PUTNAM RETIREMENT ADVANTAGE GAA GROWTH PORTFOLIO; PUTNAM WORLD TRUST (IRELAND); RIVER AND MERCANTILE ICVC - RIVER AND MERCANTILE GLOBAL H A; RUSSELL INVESTMENT COMPANY PUBLIC LIMITED COMPANY; SEASONS SERIES TRUST; SPDR S&P EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; SSBAT CO INVESTMENT FDS FOR TAX ERP - MSCI EMS CAP ISL FD; SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC; ST ST MSCI EMERGING MKT SMALL CI NON LENDING COMMON TRT FUND; STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS; STATE OF NEVADA; STATE ST B AND T C INV F F T E RETIR PLANS; TESCO PLC PENSION SCHEME; TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM; THE BANK OF NEW YORK MELLON EMP BEN COLLECTIVE INVEST FD PLA; THE HONEYWELL INTL INC MASTER RETIREMENT TRUST; THE MONETARY AUTHORITY OF SINGAPORE; THE STATE NEBRASKA JUDGES STATE P S R SYSTEMS; USAA EMERGING MARKETS FUND; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; VALIC COMPANY II - INTERNATIONAL OPPORTUNITIES FUND; VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND; VANGUARD FTSE ALL-WORLD EX-US SMALL-CAP INDEX FUND ASOVIEIF; VANGUARD TOTAL WSI FD, A SOV INTERNATIONAL EQUITY INDEX FDS; VERTRA EQT LLC; VERTRA INSTITUCIONAL MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES; VERTRA PSE FI EM ACOES; VFM GLOBAL SMALL COMPANIES TRUST; VICTORY CAPITAL INTERNATIONAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; VICTORY EXPEDITION EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; VIRGINIA RETIREMENT SYSTEM; WASHINGTON STATE INVESTMENT BOARD; WELLINGTON MANAGEMENT FUNDS (IRELAND) PLC; WISDOMTREE EMERGING MARKETS CONSUMER GROWTH FUND; WISDOMTREE GLOBAL HIGH DIVIDEND FUND; XEROX CORPORATION RETIREMENT & SAVINGS PLAN

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 01/11/2017
SOB Nº: 20179116100
Protocolo: 17/911610-0
Empresa: 26.3.0001679-6
SER EDUCACIONAL S.A.

ANDRÉ AYRES BEZERRA DA COSTA
SECRETÁRIO-GERAL



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO
EGITO**

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017
Processo Nº. 05520617, CPL, Sandoz. Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Sanitária para a Execução dos Serviços de Coleta e Limpeza Urbana, para período de 12 (doze) meses, para atender ao Município de São José do Egito-PE. Valor R\$ 843.463,25. Data e Local da Abertura: 01/09/2017 às 08:15h, Praça Senador João Pinheiro, 300, Centro, São José do Egito - PE. São José do Egito, 17/07/2017. Augusto Santos Cruz, Votante. Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA M. SANTA CRUZ BAIXA VERDE
PROCESSO Nº 0202012 APROLO PRESENCIAL Nº 04/2012

Prefeitura de São José do Rio Preto | Prefeitura Municipal de São José do Rio Preto
A Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Boa Vista, através da Diretoria de Planejamento e Gestão Econômica em 09/07/2017, resolveu convocar para o Edital nº 006/2017, as seguintes empresas:

Usos de Saneamento Integrado de Gestão Industrial – Visando ampliação das possibilidades de atendimento ao Continente Sul e cobertura das receitas próprias da Prefeitura Municipal de Santa Cruz da Boa Vista-PE, valor máximo estimado R\$ 27.300,00 (vinte e sete mil e trezentos reais), a execução pública será realizada em: 28/07/2017 às 13:00hs Intermunicipal: CPL de segunda etapa entre 7:00 e 13:00hs, Prédio da Prefeitura, Rua João Roque de Silva Nº 340 - Centro, 13 de Junho de 2017. Elus Ramon Guerra Sousa - Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
SANTA CRUZ DO CAMPESI

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA - CPM
RESULTADO DE LICITACÃO DE PREÇOS

RESULTADO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS
PL = 0182017 – CONCURRÊNCIA N.º 0012017 – Tipo
MEMOR PREÇO - OBJETO: Contratação de empresa especializada no prestação de serviços de limpeza urbana para atender as necessidades do município.
Vencedor: **VOU AMBIENTAL LTDA**, no valor global de R\$ 177.800,00. Fica aberto o prazo recursal às razões que motivarem os julgamentos concomitantemente à dispensação do intercurso junto à CPL, no seu endereço sito à Rua dos Abacates, 278, Centro, nesta cidade. Termino, 17 de julho de 2017. Flávio Romero de M. Barros – Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBAÚBA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO
PL 7202017 - PREGÃO Nº 023/2017 REGISTRO DE PREÇOS
- OBJETO: Mat. Compas. - OBJETO Descr: - fornecimento de
Emulsão Asfáltica do tipo RMA-10 para eventual necessidade
do Município de Turvo/PE. OABE DE LEI - Data de Abertura
24/07/2017 às 9:00h, LEIA-SE Data de Abertura: 24/07/2017 às
9:00h.
Flávia Ramêz de Araújo Rêgo, Promotora

PREFEITURA MUNICIPAL DE XEXÉU

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ANEXO DE LICITAÇÃO
Processo de Licitação nº 027/2017 - Pregão Presencial nº
04/2017 Natureza: serviço - Objeto: Contratação da Empresa
para serviços e locação de Veículos destinados ao Transporte
Exceder da Alameda da Rede Municipal de Ensino para atender a
necessidade do Fundo Municipal de Educação da Xaxim - Valor
do Orçamento: R\$ 33.168,00 - Data e Hora: 20/07/2017 às
09:00h - EDITAL DISPONÍVEL NA CPL - Xaxim, 17 de julho de 2017
- Regente: Fomase - Argoite

Publicações Particulares

CAMPARI DO BRASIL LTDA., towa pública que obtiene de Agência Estadual de Meio Ambiente - CAMPRI, a autorização de Licença de Operação (LO), sob o número 05.119.0006005, com validade até 08/04/2018, para Fabricação e Envasamento de Bebidas Alcolólicas, situada na Rodovia PE 80, Zona Industrial 02 - 84M, Complexo Industrial das Ruínas, Cabo de Santo Agostinho - PE.

DELTA PARTICIPAÇÕES S.A.

1. Data, Local e Horário: 130 de 17 de julho de 2017, às 10:00 horas, em sua sede localizada no Av. Engenheiro Assisfeld de Góes, nº 90, sala 602, 3º andar, Bairro da Pira, CEP 51610-000, na Cidade de Recife/PE, doravante, simplesmente denominada Companhia; e

transfere-se ao item quinto, 1.ª Conversação: 2.ª conversação: **transfere-se** o item primeiro concernente as disposições do § 1.º da Art. 124, da Lei 4.846/76, tendo em vista a proposta de substituição das Ações Acionárias, 4.ª Conversação da Sessão. **Próximo item**, Sr. Eduardo Moreira Tavares de Melo e Sobrinho: (por José do Amêlio Bessa) 3.ª conversação: 5.ª conversação do item primeiro: (1.ª) Párgula 1.ª, 2.ª e 3.ª, e 4.ª, e 5.ª, e 6.ª, e 7.ª, e 8.ª, e 9.ª, e 10.ª, e 11.ª, e 12.ª, e 13.ª, e 14.ª, e 15.ª, e 16.ª, e 17.ª, e 18.ª, e 19.ª, e 20.ª, e 21.ª, e 22.ª, e 23.ª, e 24.ª, e 25.ª, e 26.ª, e 27.ª, e 28.ª, e 29.ª, e 30.ª, e 31.ª, e 32.ª, e 33.ª, e 34.ª, e 35.ª, e 36.ª, e 37.ª, e 38.ª, e 39.ª, e 40.ª, e 41.ª, e 42.ª, e 43.ª, e 44.ª, e 45.ª, e 46.ª, e 47.ª, e 48.ª, e 49.ª, e 50.ª, e 51.ª, e 52.ª, e 53.ª, e 54.ª, e 55.ª, e 56.ª, e 57.ª, e 58.ª, e 59.ª, e 60.ª, e 61.ª, e 62.ª, e 63.ª, e 64.ª, e 65.ª, e 66.ª, e 67.ª, e 68.ª, e 69.ª, e 70.ª, e 71.ª, e 72.ª, e 73.ª, e 74.ª, e 75.ª, e 76.ª, e 77.ª, e 78.ª, e 79.ª, e 80.ª, e 81.ª, e 82.ª, e 83.ª, e 84.ª, e 85.ª, e 86.ª, e 87.ª, e 88.ª, e 89.ª, e 90.ª, e 91.ª, e 92.ª, e 93.ª, e 94.ª, e 95.ª, e 96.ª, e 97.ª, e 98.ª, e 99.ª, e 100.ª, e 101.ª, e 102.ª, e 103.ª, e 104.ª, e 105.ª, e 106.ª, e 107.ª, e 108.ª, e 109.ª, e 110.ª, e 111.ª, e 112.ª, e 113.ª, e 114.ª, e 115.ª, e 116.ª, e 117.ª, e 118.ª, e 119.ª, e 120.ª, e 121.ª, e 122.ª, e 123.ª, e 124.ª, e 125.ª, e 126.ª, e 127.ª, e 128.ª, e 129.ª, e 130.ª, e 131.ª, e 132.ª, e 133.ª, e 134.ª, e 135.ª, e 136.ª, e 137.ª, e 138.ª, e 139.ª, e 140.ª, e 141.ª, e 142.ª, e 143.ª, e 144.ª, e 145.ª, e 146.ª, e 147.ª, e 148.ª, e 149.ª, e 150.ª, e 151.ª, e 152.ª, e 153.ª, e 154.ª, e 155.ª, e 156.ª, e 157.ª, e 158.ª, e 159.ª, e 160.ª, e 161.ª, e 162.ª, e 163.ª, e 164.ª, e 165.ª, e 166.ª, e 167.ª, e 168.ª, e 169.ª, e 170.ª, e 171.ª, e 172.ª, e 173.ª, e 174.ª, e 175.ª, e 176.ª, e 177.ª, e 178.ª, e 179.ª, e 180.ª, e 181.ª, e 182.ª, e 183.ª, e 184.ª, e 185.ª, e 186.ª, e 187.ª, e 188.ª, e 189.ª, e 190.ª, e 191.ª, e 192.ª, e 193.ª, e 194.ª, e 195.ª, e 196.ª, e 197.ª, e 198.ª, e 199.ª, e 200.ª, e 201.ª, e 202.ª, e 203.ª, e 204.ª, e 205.ª, e 206.ª, e 207.ª, e 208.ª, e 209.ª, e 210.ª, e 211.ª, e 212.ª, e 213.ª, e 214.ª, e 215.ª, e 216.ª, e 217.ª, e 218.ª, e 219.ª, e 220.ª, e 221.ª, e 222.ª, e 223.ª, e 224.ª, e 225.ª, e 226.ª, e 227.ª, e 228.ª, e 229.ª, e 230.ª, e 231.ª, e 232.ª, e 233.ª, e 234.ª, e 235.ª, e 236.ª, e 237.ª, e 238.ª, e 239.ª, e 240.ª, e 241.ª, e 242.ª, e 243.ª, e 244.ª, e 245.ª, e 246.ª, e 247.ª, e 248.ª, e 249.ª, e 250.ª, e 251.ª, e 252.ª, e 253.ª, e 254.ª, e 255.ª, e 256.ª, e 257.ª, e 258.ª, e 259.ª, e 260.ª, e 261.ª, e 262.ª, e 263.ª, e 264.ª, e 265.ª, e 266.ª, e 267.ª, e 268.ª, e 269.ª, e 270.ª, e 271.ª, e 272.ª, e 273.ª, e 274.ª, e 275.ª, e 276.ª, e 277.ª, e 278.ª, e 279.ª, e 280.ª, e 281.ª, e 282.ª, e 283.ª, e 284.ª, e 285.ª, e 286.ª, e 287.ª, e 288.ª, e 289.ª, e 290.ª, e 291.ª, e 292.ª, e 293.ª, e 294.ª, e 295.ª, e 296.ª, e 297.ª, e 298.ª, e 299.ª, e 300.ª, e 301.ª, e 302.ª, e 303.ª, e 304.ª, e 305.ª, e 306.ª, e 307.ª, e 308.ª, e 309.ª, e 310.ª, e 311.ª, e 312.ª, e 313.ª, e 314.ª, e 315.ª, e 316.ª, e 317.ª, e 318.ª, e 319.ª, e 320.ª, e 321.ª, e 322.ª, e 323.ª, e 324.ª, e 325.ª, e 326.ª, e 327.ª, e 328.ª, e 329.ª, e 330.ª, e 331.ª, e 332.ª, e 333.ª, e 334.ª, e 335.ª, e 336.ª, e 337.ª, e 338.ª, e 339.ª, e 340.ª, e 341.ª, e 342.ª, e 343.ª, e 344.ª, e 345.ª, e 346.ª, e 347.ª, e 348.ª, e 349.ª, e 350.ª, e 351.ª, e 352.ª, e 353.ª, e 354.ª, e 355.ª, e 356.ª, e 357.ª, e 358.ª, e 359.ª, e 360.ª, e 361.ª, e 362.ª, e 363.ª, e 364.ª, e 365.ª, e 366.ª, e 367.ª, e 368.ª, e 369.ª, e 370.ª, e 371.ª, e 372.ª, e 373.ª, e 374.ª, e 375.ª, e 376.ª, e 377.ª, e 378.ª, e 379.ª, e 380.ª, e 381.ª, e 382.ª, e 383.ª, e 384.ª, e 385.ª, e 386.ª, e 387.ª, e 388.ª, e 389.ª, e 390.ª, e 391.ª, e 392.ª, e 393.ª, e 394.ª, e 395.ª, e 396.ª, e 397.ª, e 398.ª, e 399.ª, e 400.ª, e 401.ª, e 402.ª, e 403.ª, e 404.ª, e 405.ª, e 406.ª, e 407.ª, e 408.ª, e 409.ª, e 410.ª, e 411.ª, e 412.ª, e 413.ª, e 414.ª, e 415.ª, e 416.ª, e 417.ª, e 418.ª, e 419.ª, e 420.ª, e 421.ª, e 422.ª, e 423.ª, e 424.ª, e 425.ª, e 426.ª, e 427.ª, e 428.ª, e 429.ª, e 430.ª, e 431.ª, e 432.ª, e 433.ª, e 434.ª, e 435.ª, e 436.ª, e 437.ª, e 438.ª, e 439.ª, e 440.ª, e 441.ª, e 442.ª, e 443.ª, e 444.ª, e 445.ª, e 446.ª, e 447.ª, e 448.ª, e 449.ª, e 450.ª, e 451.ª, e 452.ª, e 453.ª, e 454.ª, e 455.ª, e 456.ª, e 457.ª, e 458.ª, e 459.ª, e 460.ª, e 461.ª, e 462.ª, e 463.ª, e 464.ª, e 465.ª, e 466.ª, e 467.ª, e 468.ª, e 469.ª, e 470.ª, e 471.ª, e 472.ª, e 473.ª, e 474.ª, e 475.ª, e 476.ª, e 477.ª, e 478.ª, e 479.ª, e 480.ª, e 481.ª, e 482.ª, e 483.ª, e 484.ª, e 485.ª, e 486.ª, e 487.ª, e 488.ª, e 489.ª, e 490.ª, e 491.ª, e 492.ª, e 493.ª, e 494.ª, e 495.ª, e 496.ª, e 497.ª, e 498.ª, e 499.ª, e 500.ª, e 501.ª, e 502.ª, e 503.ª, e 504.ª, e 505.ª, e 506.ª, e 507.

era deliberada. 7. Os
citado órgão por ele
Assistência compete
do funcionamento
Desempenho. Todavia,
nomenclatura e estrutura
sociedade. Promova
quais das seguintes
visão e julgar honesta
e mais, o que inclui
Empreendedorismo, 8. En
suspensas a respeito
aprovação e limitação
o prividade nos
Admistrativa, foi criado
antecedentes dos atuais
Presidente de Mesa
Secretário Geral
Procurador. Lúcio V
Moraes Príncipe, Lúcio
Moraes Tavares, de
Costa com o sigilo 7
de julho de 20
Procurador, Igor Jo
22.04.2002. Assinado

[illegible]

103.257.474-61 e RD nº 1.337.639-SPP/PE, sociedade
 de pessoas físicas, inscrita no CNPJ nº 04.341.941/0001-03, sede
 de São Vagoem, capital de R\$ 200.000,00, inscrita no CNPJ nº
 3.318.400-10/2330, 1-21.09.01-55, Vagülo Taranses de Melo
 Júnior, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, CPF nº
 295.510.494-15 e RD nº 1.690.140-SPP/PE, residente e
 domiciliado em São Vagoem, capital de R\$ 200.000,00, inscrita no CNPJ nº
 3.318.400-10/2330, 1-21.09.01-55, Carlos Taranses de Melo
 Junior, brasileiro, solteiro, administrador de empresas,
 inscrita na Avenida São Vagoem, nº 3130, apto. 501, bairro de
 São Vagoem, capital de R\$ 200.000,00, inscrita no CNPJ nº
 3.318.400-10/2330, 1-21.09.01-55, Luciana Helena Taranses
 de Melo de São Vagoem, brasileira, casada, brasileira, CPF nº
 3.318.400-10/2330, 1-21.09.01-55, inscrita na Avenida São
 Vagoem, nº 3232, apto. 602, bairro de São Vagoem, capital
 de R\$ 200.000,00, inscrita no CNPJ nº 3.318.400-10/2330,
 1-21.09.01-55, 2-21.09.01-55, Vagülo Horacio Taranses de
 Melo, brasileiro, solteiro, engenheiro mecânico, CPF nº
 492.034.444-91 e RD nº 1.337.639-SPP/PE, residente e domiciliado
 na Rua da Igreja nº 303, apto. 1021, bairro de penha, cidade
 de Salvador, capital de R\$ 200.000,00, inscrita no CNPJ nº
 1376.016.000-00, BRUNO DE MELLO, brasileiro, empresário,
 1376.016.000-00, BRUNO DE MELLO, brasileiro, empresário,

Moraes Tavares de Melo - Acariúta; Virgílio Tavares de Melo - Acariúta; Infância Tavares de Melo - Acariúta; Lúcia Helena T. M. de Sá Pereira - Acariúta. Tânia Moreira Tavares de Melo - Acariúta.

Edital de Convocação para Realização de Sócios
NOTES, LECTURES, RESEARCH

HOTEL LUZEIROZ RECIFE LTDA.
CNPJ 07.729.539/0001-44
NIREJUCEPE 24.2.01.044-2
O administrador da sociedade é: **HOTEL LUZEIROZ RECIFE LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 07.710.382/0001-44, sediada em Rua Santa Rosa, nº 200, bairro Pina, cidade de PE, JOSÉ HUGO LACERDA MAGNANO, no uso das atribuições que lhe confere o Contrato Social e o Código Civil, CONVOCANDO todas as sócias para a reunião de sócios, que será realizada no dia 21 de julho, na sede do escritório Advogados Goleiros Advogados Associados, s/nº e Rua Constantino Azeiteiro, nº 1290, bairro Dendê, Torres, em Fortaleza, Estado do Ceará, às 14h30 (quarta-feira, 21 de julho de 2010), para a seguinte pauta:
1ª - Aprovação do balanço e prestação de contas;
2ª - Eleição, SM de cada sócia e social e assinatura de procuração, 3º (terceira reunião anual, com qualquer número, com o seguinte Ordem do Dia

de Deliberação sobre a atribuição de Cargos e Funções de Confiança do Conselho Social;
b) Deliberação sobre a atribuição de cargo e do parágrafo 4º do Artigo 1º da Lei nº 1.234, de 1950, do Conselho Social;
c) Eleger os novos administradores;
d) Deliberação sobre a atribuição, ou não, de remunerações aos Administradores da Sociedade.

Realizada, optando-se por unanimidade, 10 de Junho de 2017

JOSÉ MIGUEL LAURENTE MACIADINI
administrador

105872

PERNOD RICARD BRASIL IND E COM LTDA

RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
PERMO RIGARD BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
 localizada na Zona Industrial 03- Oit. Rua PE 50 - Companhia
 Industrial de Sapea, Cabo de Santo Agostinho PE, torna público
 que está em tramitação o processo de Renovação de Licença de
 Operação junto à Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH
 para sanção da produção, armazenamento e distribuição de bebidas
 alcoólicas.

SER EDUCACIONAL S.A.
CNPJ 15.618.904/0001-13 - INSC 28.1.0001670-5 - Comércio

DOI: 10.1002/2001-13 - PAGE 20,3 DOUGLAS - Comparison

[illegible]

TC Participações e Empreendimentos S/A
CNPJ Nº 24.161.781/0001-44 - NIRE 29.30801738-0

Ala de Assessoria de Comunicação da Prefeitura Municipal de São Paulo, em 12 de Julho de 2017, Local: Sala de Atos da Prefeitura Municipal de São Paulo, Termos de Referência nº 017, do Edital nº 12 de 14 de Junho de 2017, e

Deixa, para a Comissão de Licitação nº 12 de 14 de Junho de 2017, se 10:00 horas no local: sala de Corregedoria, Ministério Público do RJ Engenharia, Ministério de Gêos, nº 05, sala 902, 9º andar, Bairro da Pádua, Pádua, CEP 51015-082, na Cidade do Rio de Janeiro, 2. Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme anuências constantes no Roteiro preposto 3. Características: Dispensada-se formalidades de convocação e assembleia para a realização de reunião de trabalho, a ser realizada em conformidade com as disposições do Art. 124, da Lei 6.406/78, tendo em vista a presença de todos os membros da Administração e da Comissão de Licitação. Preços: Jargal Tararao Costa Carvalho e Siqueira: Marcos Tavares Costa, Jorge Tavares Costa, Gêos, do RJ Engenharia, Ministério de Gêos, nº 05, sala 902, 9º andar, Bairro da Pádua, Pádua, CEP 51015-082, na Cidade do Rio de Janeiro.

[illegible]

base de informações. Os dados coletados, administrados e analisados pelo sistema, são armazenados em uma base de dados, permitindo a recuperação e a análise de dados. O sistema foi desenvolvido em linguagem C++ e utiliza o banco de dados Oracle 10g. O sistema foi desenvolvido em linguagem C++ e utiliza o banco de dados Oracle 10g. O sistema foi desenvolvido em linguagem C++ e utiliza o banco de dados Oracle 10g.

[illegible]

Consulte o nosso site:
www.cepe.com.br

CELA DIGITAL
26.3.0001679-6
PROTOCOLO 17/911610-0 PROTOCOLADO 31/10/2017 14:2
JIVAMENTO 20179116100 ARQUIVADO 1/11/2017 13:06:4
SA SER EDUCACIONAL S.A.
sil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º


JUCEPE
 JUNTA COMERCIAL DE PERNAMBUCO

o disponibilizado a 04.986.320/0001-13 -
1/2017 13:06:45
Autenticação 03EE.406F.F89D.3416
Arquival de Pernambuco
de <http://www.jucepe.pe.gov.br/novodae/chancela>
assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2011,

ER EDUCACIONAL S.A

CELA DIGITAL
26.3.0001679-6
PROTOCOLO 17/911610-0 PROTOCOLADO 31/10/2017 14:2
JIVAMENTO 20179116100 ARQUIVADO 1/11/2017 13:06:4
SA SER EDUCACIONAL S.A.
sil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º



acervo

Expandir o conhecimento da nossa história de forma democrática é uma das missões da Companhia Editora de Pernambuco, responsável pela publicação do Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

A criação do Acervo Cepe, plataforma digital que disponibiliza, gratuitamente, inúmeros documentos de grande importância histórica, foi uma das formas que a Cepe encontrou de cumprir essa tarefa.

Lá, estão disponíveis desde edições de jornais que datam do século XIX a documentos da Comissão da Verdade, contendo informações imprescindíveis para se conhecer mais da história do nosso País.

ACESSE:

Cepe
COMPANHIA EDITORA DE
PERNAMBUCO
CEPE.COM.BR

1824 1889



Cepe

DOC

Gerenciar documentos é garantir segurança e agilidade ao que realmente importa.



Tecnologia, segurança, agilidade e melhor custo-benefício são os principais diferenciais que fazem da gestão de acervo documental temporário uma atividade importante. A Cepe Doc, segmento da Companhia Editora de Pernambuco, oferece os serviços de guarda, gestão e digitalização de documentos para todos os órgãos públicos do Estado de Pernambuco, regulamentado pela Lei Estadual nº 15.529.

Confira como você pode requisitar nossos serviços:

Se você já conta com alguma empresa contratada que ofereça serviços similares, aguarde o fim do seu contrato e entre em contato com a Cepe Doc.

Caso não haja nenhum vínculo com outra empresa, marque uma visita técnica para descobrir quais são as suas reais necessidades e conheça os diferenciais da Cepe Doc.



to risco trutural n conjunto

Civil do Recife aponta patologias
nais no habitacional Casarão do Cordeiro.
tério Público pede medidas ao município

o conjunto Habitacional do Cordeiro, uma obra de Habitação de Social (HIS) construída no programa ReciclaFavelas, acabou se tornando em um transição. Há onze anos, as obras foram entregues, mas as estruturas não foram concluídas em Brasília, o que levou a uma série de problemas, como a falta de infraestrutura básica, a falta de documentação e a falta de manutenção.

De acordo com a recomendação, o município deverá realizar em até seis meses, inspeções, vistorias e ensaios com o objetivo de elaborar relatório sobre a qualidade construtiva do conjunto habitacional. Esses trabalhos devem incluir a inspeção das fundações dos blocos do habitacional, a análise do solo sobre o qual as edificações foram assentadas, com a identificação da capacidade de resistência e da estabilidade do conjunto das fundações, a execução de ensaios para aferir a resistência dos elementos.

Com a emissão do relatório técnico, o município deverá apresentar cronograma com as ações de manutenção e recuperação a serem implementadas no Casarão do Cordeiro, contemplando os serviços necessários para o restabelecimento das características originais da edificação, também no prazo de seis meses. Segundo o promotor de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico e Cultural da Capital, Ricardo Cordeiro, essa medida é necessária em razão das diversas modificações do projeto original, que incluem construções irregulares e alterações de fachada.

Além disso, o MPPE recomenda ao gestor que aione, administrativamente ou judicialmente, a empresa responsável pela construção do Casarão do Cordeiro para que providencie a correção dos vícios de construção indicados nos documentos técnicos recebidos pelo MPPE. Ao longo da tramitação do Inquérito Civil nº 001/2009-3, MPPE definiu um prazo de 15 dias para que o município se pronuncie.

A Prefeitura do Recife, por meio do Autarquia de Urbanização do Recife (URB), informou que recebeu a recomendação do Ministério Público de Pernambuco no que diz respeito ao Habitacional do Cordeiro, no bairro do Cordeiro. A equipe técnica da URB se posicionará dentro dos prazos legais.



Habitacional do Cordeiro foi inaugurado em 2006

HOSPITAL DAS CLÍNICAS Médicos alertam sobre superlotação

Profissionais de saúde do setor de neonatologia do Hospital das Clínicas (HCL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) denunciam a superlotação das salas de parto e da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) Neonatal. Os médicos afirmam que a situação é crítica, com pacientes sendo tratados em corredores e salas inadequadas para o fim.

"Todos os dias nós mandamos um memorando para a diretoria informando a lotação nas unidades de neonatal", afirma a enfermeira da UTI Neonatal, Lúcia Sampaio. Ela afirma que a situação é crítica, com pacientes sendo tratados em corredores e salas inadequadas para o fim. A enfermeira afirma que a situação é crítica, com pacientes sendo tratados em corredores e salas inadequadas para o fim.

Em entrevista ao Diário, Lúcia Sampaio, coordenadora da UTI Neonatal, afirmou que a situação é crítica, com pacientes sendo tratados em corredores e salas inadequadas para o fim. Ela afirmou que a situação é crítica, com pacientes sendo tratados em corredores e salas inadequadas para o fim.

PUBLICIDADE

Classified
(81) 2122 7888 / 3424 3028
(81) 3467 3381 / 3419 9000

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 001/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA-PE
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2017

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DOS PALMARES - ESTADO DE PERNAMBUCO
Casa Legislativa (Zanoni Gomes de Carliha)
AVISO DE ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO
Nº 001/2017

SEST SENAT
SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE - SEST
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2017

SEST SENAT
SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE - SEST
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSIRA-PE
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2017
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2017

SEST SENAT
SERVIÇO SOCIAL DO TRANSPORTE - SEST
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 010/2017

CARTÓRIO DE PROTESTO DO 1º OFÍCIO
ISA MARIA DE CARVALHO ARAÚJO TABELA INTERINA
COMARCA DO RECIFE - LOTAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 001/2017

RECIFE, terça-feira, 18/02/2017

Edição: 7.727.584 e-mail: esporte@jornaltribuna.com.br

Roger, ex-Sport, fez a jogada que originou o gol da vitória dos cariocas marcado por Guilherme

SOB O OLHAR DE TITE

Com a presença do técnico da seleção o Engenheiro, Sport joga bem, mas perde para o Botafogo e sai da zona da Libertadores



ATUAÇÕES	
Agénor	6
Samuel Xavier	5
Henriquez	5
Duval	5
Sander	5
Patric	5
(Thalysen)	4,5
Rithely	4,5
Diego Souza	6,5
Everton Felipe	4,5
(Júnior)	-
Mena	4
(Luis)	4
André	4,5

FICHA	
Nome	Agénor
Idade	28 anos
Altura	1,75 m
Posição	Atacante
Clube	Sport

A sequência positiva do Sport de Vanderlei Luxemburgo terminou. Ontem, no Engenheiro, o Leão perdeu do Botafogo por 2 a 1 e viu ainda diversário ultrapassá-lo na classificação da Série A. Interrompida a invencibilidade de sete partidas temporária (com dois gols, o jogador busca agora a zona da Libertadores, enquanto o Botafogo, na liderança, busca agora a zona da Libertadores).

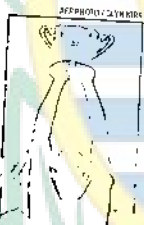
Se a sequência positiva do Sport de Vanderlei Luxemburgo terminou, o Botafogo inaugurou a contagem já em sua primeira investida. Aproveitou cobrança de uma falta de João Paulo, com pouco mais de um minuto. Carli cobrou para o meio da área, e Lindoso testou para as costas de Roger, em posição de impedimento. Go. Irregular, mas válida.

o Alvinegro em vantagem. O Leão chegou a controlar a partida na etapa final. Dominava o meio-campo. Poderia ter sofrido um gol de falta de João Paulo, quando os cariocas começaram a crescer. Agénor precisou defender cabeçada a queimadura de Pimpão. Aos 24 minutos, Roger deixou Guilherme na cara do gol, lucidamente, fez 2 a 1. O fogão mudava o panorama do jogo. João Paulo acertou ainda o travessão. Com Luis no lugar de Mena desde o intervalo, o Sport não mostrou força de reação.

CLASSIFICAÇÃO										
	P	J	V	E	D	GP	GC	SG		
1º Corinthians	36	14	11	3	0	25	7	+18		
2º Grêmio	28	14	9	1	4	27	15	+12		
3º Santos	24	14	7	3	4	24	12	+12		
4º Flamengo	24	14	6	5	3	20	10	+10		
5º Palmeiras	22	14	7	1	6	11	6	+5		
6º Botafogo	22	14	6	4	4	16	13	+3		
7º Cruzeiro	21	14	6	3	5	17	14	+3		
8º Sport	21	14	6	3	5	20	18	+2		
9º Vasco	20	14	6	2	6	19	14	+5		
10º Fluminense	20	14	5	5	4	23	22	+1		
11º Atlético-MG	22	14	5	5	4	25	25	0		
12º Coritiba	19	14	5	4	5	16	16	0		
13º Chapecoense	18	14	5	3	6	21	26	-5		
14º Bahia	16	14	4	4	6	18	16	+2		
15º Vitória	16	14	4	1	9	11	11	0		
16º Parnaíba	15	14	4	3	7	13	21	-8		
17º São Paulo	13	14	3	4	7	9	18	-9		
18º Avaí	12	14	3	3	8	14	28	-14		
19º América-GO	8	14	2	2	10	12	24	-12		

Marcelo Melo nova as metas

o de Wimbledon está aqui, e Marcelo Melo, ainda em clima de graça, já começa a seus próximos dias após a realização na grama de o duplista brasileiro. O jornalista do jornal O Estado de São Paulo avisou que já se "as metas para o principal meta desu do ano era co-



Ao lado do polonês Kubot, brasileiro venceu em Wimbledon

Conquistas

2 Grand Slams
(Roland Garros, em 2015 e Wimbledon, em 2017)

5 títulos

na temporada (ATP Miami, ATP Madrid, ATP de Hertogenbosch, Houston, ATP Ho Chi Minh e Wimbledon)

R\$ 834 mil

Valor conquistado pelo título de Wimbledon

temporada em Londres, entre 12 e 19 de novembro. Antes disso, Melo e Kubot terão pela frente o US Open, no final de agosto. Brasileiro e polo-

Loterias			
01	02	03	04
05	06	07	08
09	10	11	12
13	14	15	16
17	18	19	20
21	22	23	24
25	26	27	28
29	30	31	32
33	34	35	36
37	38	39	40
41	42	43	44
45	46	47	48
49	50	51	52
53	54	55	56
57	58	59	60
61	62	63	64
65	66	67	68
69	70	71	72
73	74	75	76
77	78	79	80
81	82	83	84
85	86	87	88
89	90	91	92
93	94	95	96
97	98	99	100



Estudantes de escolas públicas do Recife viajam no dia 20 de julho para participar da competição Internacional na modalidade Rescue Simulation

Os alunos receberam do prefeito o kit viagem com mochila, tablet, diário de viagem e casacos padronizados.

O sistema desenvolvido pelos alunos simula uma situação de resgate em que o robô precisa superar alguns obstáculos no percurso para conseguir recuperar objetos dentro de um circuito. Ter a robótica como atividade pode recuperar as outras habilida-

de utilizadas em sala de aula de acordo com o coordenador do Robótica na Escola, Cid Espindola. "Os estudantes se dividem em funções e cada um vai trabalhar de acordo com sua habilidade. Alguns vão programar, pesquisar e outros vão criar estratégias", explicou. Vão participar da competição os alunos: Paulo Pires, Ryan Vini-

Ulus Santos, Inazio Robertin
dos Santos, Irineu Pereira,
Miguel Santos, Silvestre Li-
ma, Isaac Francisco da Silva
e Maria Eduarda de Oliveira.

Excedente: duas transac-
ções da nova da Escola Muni-
cipal da 'puirga, com: que
o ritmo está parando. Treina-
mos pela manhã, tarde e até
à noite inclusive, como esta-
mos de férias, intensificamos

a preparação e vamos até aos finais de semana", relatou. Os encontros para o treinamento ocorrem na Unidade de Tecnologia na Educação e Cidadania. Aí, Gregório Bezerra, da Várzea, parece muito satisfeito, mas não se engane. O esforço é justificável. O nível desta competição é bem mais alto. Afinal a vaga para a competição mundial só to-

possível por causa da primeira colocação que a equipe conseguiu na Olimpíada Sabeira de Robótica de 2011. Maria Fátima, 13, é estudante da Escola Municipal Carlos Rosillo Aguilera e a co-capitã da equipe. "É uma oportunidade e todos os rapazes de desenvolver a técnica, independente do sexo", afirmou.

irmã pêmea de Alicia já venceu a mesma competição

Alunante Alícia Melles dos Santos, 14 anos, repetiu o feio da última geração. Colocou-se no meio de um concurso nacional de redação promovido pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Ela e a irmã Alana habita dos Santos, no bairro de Maracanã, no Rio de Janeiro. Alunante Alícia Melles dos Santos, 14 anos, repetiu o feio da última geração. Colocou-se no meio de um concurso nacional de redação promovido pelo Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Ela e a irmã Alana habita dos Santos, no bairro de Maracanã, no Rio de Janeiro.

Além disso, com o primeiro lugar na mesma competição. O concurso de Redação é realizado nas categorias dissertativa e carta, com classificações de 1 e 2 lugares nas duas categorias. Além disso, com o segundo lugar em cartas, com o tema "O Sacrifício e o Caminho para o Socialismo".

teabilidade. Expliquei como os alunos e a direção podem fazer para tornar o ambiente da escola mais sustentável. Um exemplo é desligar os aparelhos eletrônicos ao sair do ambiente. Também escrevi que a escola deveria ter uma feira de consciência sobre eixeltras para materializar isso".

O segredo para fazer bom texto é ler muito o assunto", diz. Este ganhou um ministério equiparado, com ajudado nas pesquisas todas pela equipe da A. Estudante ganhou da professora de português Mariana Santana e professor de matemática. Anzato para participar concurso. Este ano, param da premiação das de todos os países. n

8. DE 42100 000000

Classification

(01) 2122 7086 / 2122
(01) 3467 3381 / 3419

[illegible]

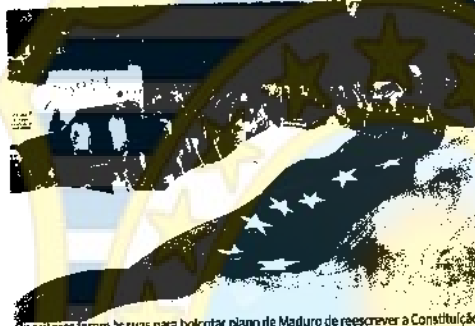


Plebiscito simbólico termina com uma morte na Venezuela

Thares de pessoas foram ontem às urnas e votaram contra a Assembleia Constituinte convocada pelo presidente Nicolás Maduro

[illegible][illegible]

CONVOCAÇÃO



Protestos tiram as ruas para boicotar plano de Maduro de reescrever a Constituição

to o mistic venezuelano da Defesa, general Vladimir Padrino, pediu a população para votar em 30 de junho nas eleições da Assembleia Constituinte convocada pelo presidente Nicolás Maduro. "É um processo sumamente simples, e o chamado é ao povo da Venezuela para que venha no próximo 30 de junho a todos os centros eleitorais...", vai ter a opor-

O general Padrino e chefes da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) reiteraram em inúmeras ocasiões sua "lealdade absoluta" a Maduro. Segundo Padrino, a Constituinte será um es-

paço para "que todos os venezuelanos possam diminuir suas diferenças, para nos encontrarmos com nós mesmos e nos encontrarmos com o povo e com suas propostas". O general garantiu que tanto a simulação da Constituinte quanto o plebiscito da oposição acontecerão "em paz", salvo "incidentes isolados que estão em investimentos". (AFP)

J. Curtas

Israel
reabre
mesquitas

israel reabriu as portas à Esplanada das Mesquitas em Jerusalém, fechada após um ataque na sexta-feira. Mas os muçulmanos se recusaram a entrar no local em razão das novas medidas de segurança, que incluem detectores de metal e câmeras.

**Guerra
matou mais
de 330 mil**

Mais de 330 mil pessoas das quais 100 mil o s. morreram desde o começo da guerra no Síria, em 2011, segundo um balanço divulgado pelo Observatório do Sírio de Direitos Humanos (OSDH). O Observatório, documento, a morte de 337.762 pessoas em 99.710 sírio, incluindo 59.617 civis, no período de 15 de março de 2011 a 15 de julho de 2017, declarou o diretor da organização, Remi Adoo. Rahmim. Entre os civis mortos estão 18.243 crianças e 1.427 mulheres.

Consulta popular teve 50 votantes no Recife

A consulta popular organizada pela oposição — reunião de dezesseis de veteranos na rua Recife. Exatamente 50 pessoas votaram rejeitando a ideia da Constituição de Madurai. O encontro aconteceu em um restaurante no Pina. "Foi muito legal. Vi muitos presos que também votaram no Recife, mas eu não conhecia. Eu fui a 49 pessoas a votar. A 50ª e uma moradora da Bahia. Eu estou muito feliz, mas a luta continua", afirmou a professora Maryoly Góes, organizadora da consulta no capital por nomeação.

para a consulta para os venezuelanos que moram no país. As outras foram Belém, Br. V. G. S. Brasília, Curitiba, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. E como se fosse um pouco da Venezuela no Recife, Somoza criou grande "família", lembrou Vianely Clemente.

A maior participação foi em Roraima onde cerca de 50 mil venezuelanos chegaram nos últimos meses, de perto de abandonar seu país por causa da grave crise econômica e da severa escassez de produtos básicos. No estado, as mesas para a consulta foram instaladas principal-

palmente em Boa Vista, onde as organizações de assistência têm diversos programas de ajuda aos venezuelanos. Também, foram habilitados locais de votação em Brasília, Curitiba, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Belém, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Em Brasília, o local escolhido para os venezuelanos manifestarem sua opinião à Assembleia Constituinte foi o Parque da Cidade, onde os expositores de Maduro também receberam o apoio de brasileiros. Já no Rio, a votação aconteceu na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Conforme dados oficiais, a



Votación na capital pernam



Votação na capital pernambucana aconteceu no Pina

quantidade de pedido de refúgio apresentado por cidadãos venezuelanos disparou e, nos primeiros seis meses deste

ano, chegou a quase 6 mil, frente aos 3.375 registrados ao longo de todo o ano passado. (1). (Da redação com agências)

Navio vira com militares

Já não o exército de Camerões que transportava dezenas de militares da Brigada de Intervenção Rápida virou ontem em águas territoriais camaronesas. A embarcação virou entre a cidade de Limbé (s.doeste) e Bakassi. Havia cozinhas de militares a bordo

PUBLICITY - DELEGAL

Class/Iden

(S1) 2122 7855 / 2123 410
(S1) 2467 1181 / 2419 900

**SINDICALISTA, ANUNCIE SEU EDITAL E ATA
DA ASSEMBLÉIA NO DIÁRIO E TENHA O
MELHOR CUSTO BENEFÍCIO.**

CONSULTE NOSSO
DEPARTAMENTO COMERCIAL

ANUNCIOS
81 2122.7892 | 81 2122.7888 | 81 3410.9009
81 2123.4103 | 81 2457.3381

DIÁRIO de PERNAMBUCO

UNIAO COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DESTERCO QUÍMICO SRI EM 01/11/2017
308 01 201 91 06100
Protocolo: 1702116141-C
Assinatura: 3 3001679 6
DE LUEN-STA-QUE, S.A.
ANDRÉ AVAREZ BELZINHA DA

[illegible]

DIÁRIO de PERNAMBUCO

